

REGIÃO CENTRO-OESTE

A Região Centro-Oeste, formada pelos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal, é uma região de planalto que tem o Pantanal no lado Oeste e a Floresta Amazônica ao Norte. O Centro-Oeste recebe um grande fluxo de migrantes de outras regiões do país e registra um crescimento populacional acelerado, particularmente nas áreas urbanas.¹ Da população total da região (11.636.728 habitantes, que representa 6,85% da população brasileira), 12,01% é composta de migrantes.² Depois do Sudeste, o Centro-Oeste é a região do país que tem a maior parcela da população vivendo em áreas urbanas.³ Ao mesmo tempo, depois do Norte, é a região do país que tem a maior população indígena, proporcionalmente à população total da região.⁴ Paralelamente ao processo de crescimento populacional e urbanização, a região Centro-Oeste se caracteriza por um processo de expansão da agricultura e da pecuária, através da exploração de grandes propriedades rurais, que frequentemente resulta em destruição do meio ambiente e gera conflitos pela posse da terra com trabalhadores rurais e populações indígenas. Além da agricultura e da pecuária, o extrativismo e a mineração são atividades econômicas importantes na região. Assim como nas demais regiões do país, a pobreza e a desigualdade de renda diminuíram na década de 1990. Mas o Centro-Oeste é a região que registra a maior desigualdade de renda entre todas as regiões do país.⁵ A parcela da população em situação de pobreza é maior do que no Sul e Sudeste, mas menor do que no Norte e Nordeste.⁶ Este quadro de desigualdade social e de crescimento populacional acelerado, de expansão urbana e de desenvolvimento de grandes empreendimentos agropecuários, juntamente com a debilidade da presença do estado em diversas regiões do Centro-Oeste contribui para gerar um quadro de violência no campo e na cidade, inclusive com denúncias de assassinatos, torturas e outros tratamentos cruéis praticadas por policiais. Nenhum estado da região tem Ouvidoria de Polícia. Goiás e Mato Grosso do Sul implantaram e o Distrito Federal está implantando o programa de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas. Em Goiás, está em processo de implantação um centro de apoio a vítimas da violência. Depois do Sudeste, o Centro-Oeste é a região que tem o maior índice de homicídio entre as regiões do país, que chega a 39,8 homicídios por 100 mil habitantes no Estado do Mato Grosso e 37,5 homicídios por 100 mil habitantes no Distrito Federal.⁷ Na região Centro-Oeste, diminuíram os conflitos rurais entre 1999 e 2001. Entretanto, aumentou significativamente a violência dos conflitos e o número de mortes passou de uma em 1999 para sete em 2000 e sete em 2001, das quais nove aconteceram no Mato Grosso e sete no Mato Grosso do Sul. Depois do Norte, o Centro-Oeste é a região do país que, no período 1999-2001, concentrou o maior número de trabalhadores em situação de escravidão.⁸ A população indígena está envolvida em diversos conflitos com madeireiros e garimpeiros, fazendeiros e posseiros no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Particularmente grave é a situação dos Cinta-Larga no Mato Grosso e dos Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul.⁹ Há também denúncias graves de exploração sexual e comercial de mulheres, crianças e adolescentes, com a formação de redes de prostituição, turismo sexual, e tráfico de mulheres, crianças e adolescentes.¹⁰ Em 1998 foi realizado 1º Seminário da Região sobre Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que resultou na criação da Comissão Interestadual de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes da Região Centro-Oeste. A Comissão, articulando governo e sociedade civil, realiza campanhas e ações, denunciando a exploração sexual e criando programas de prevenção. No Mato Grosso, 19 municípios se envolveram na campanha.¹¹

1 IBGE, Censo Demográfico 1996 (www.ibge.gov.br). A taxa de crescimento anual da população é de 2,2%, superior à taxa do país.

2 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

3 Idem. Da população do Centro-Oeste, 86,73% reside em área urbanas e 13,27% reside em áreas rurais.

4 Idem. A população indígena representa 1,09% da população total do Centro-Oeste.

5 Folha de S. Paulo, 20 de dezembro de 2001, Especial 5, quadro "A Concentração de Renda em 2000". O índice de Gini, que mede a concentração de renda, diminuiu na região Centro-Oeste de 0,631 em 1991 para 0,622 no ano 2000. Em 1991, o Nordeste era a região com a pior distribuição de renda. Mas, no ano 2000, a pior distribuição de renda passou a ser a do Centro-Oeste. No Brasil, o índice de Gini diminuiu de 0,636 em 1991 para 0,609 em 2000. O índice de Gini varia de 0 (distribuição de renda igual) a 1 (distribuição de renda desigual). Quanto menor o índice, maior a igualdade na distribuição de renda. Quanto maior o índice, maior a desigualdade na distribuição de renda.

6 Folha de S. Paulo, 17 de outubro de 2002, Eleições especial 5, quadro "Pobreza cai em todas as regiões". A população considerada pobre é a população residente com renda familiar per capita de até meio salário mínimo. Dados do IBGE, elaborados pelo IPEA, mostram que a população em situação de pobreza na Região Centro-Oeste diminuiu de 37,7% da população total em 1992 para 24,9% em 1995 e 23,6% em 1999, enquanto no país diminuiu de 40,2% da população total em 1992 para 28,4% em 1999.

7 Waiselfisz, J.J. Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002).

8 Comissão Pastoral da Terra, Conflitos no Campo – Brasil 1999, Conflitos no Campo – Brasil 2000 e Conflitos no Campo – Brasil 2001.

9 Informações do Instituto Sócio-Ambiental e do Conselho Indigenista Missionário.

10 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, Relatório Final – Brasil: Exploração Sexual e Comercial de Meninos, Meninas e Adolescentes na América Latina e Caribe (Brasília: CECRIA, 1999).

11 Idem.

DISTRITO FEDERAL

O Distrito Federal está situado no interior do Estado de Goiás, no Planalto Central do Brasil. É onde está a capital do país, Brasília, cidade inaugurada em 1960, onde estão as sedes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União. Em torno de Brasília, crescem de forma desordenada cidades satélites, sem infra-estrutura e serviços adequados, que contribuem para aumentar o índice de violência no Distrito Federal. O Distrito Federal detém o maior índice de violência fatal entre as unidades federativas da Região Centro-Oeste. Sua taxa de homicídios por 100 mil habitantes é de 37,5, significativamente superior à taxa média da região que é de 29,3. Há casos de violência policial, inclusive de repressão de greves e manifestações por parte da polícia. Em 1999, foi particularmente violenta a ação da tropa de choque para reprimir a manifestação da NOVACAP, sendo que uma pessoa foi morta e 36 pessoas, inclusive três policiais, ficaram feridas no conflito.

VIOLÊNCIA POLICIAL, EXECUÇÕES E TORTURA

A Comissão de Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, da Câmara Legislativa do Distrito Federal, recebeu nove denúncias de violência policial no ano 2000 e 17 em 2001. Destas 26 denúncias, oito foram contra policiais civis, 12 contra agentes da polícia militar e nas outras seis não houve identificação da corporação a que estava vinculado o agente. A Comissão recebeu denúncias de abuso de poder, tortura, invasão de domicílio sem ordem judicial, apreensão ilegal de bens, homicídio e condução tendenciosa de inquérito. 2 Caso grave de violência policial aconteceu no final de 1999, referente à operação realizada por policiais do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Distrito Federal (BOPE), tropa de choque que atua em desocupações de áreas, greves ou manifestações, durante manifestação em frente à Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP), que causou

a morte de um jardineiro. Em 2 de dezembro de 1999, servidores da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP) em luta por melhores salários obstruíram o portão de entrada da empresa para impedir a passagem dos servidores que desejavam trabalhar. O Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Distrito Federal foi chamado para desobstruir a passagem. No confronto com os manifestantes, um jardineiro morreu, duas pessoas tiveram perda parcial da visão e 36 pessoas, das quais 33 servidores e três policiais ficaram feridos. 3 Outro caso de violência policial aconteceu em 27 de junho de 2001, quando policiais militares entraram em conflito com participantes da manifestação "Uma Luz para o Brasil – marcha contra o apagão e a corrupção", na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. A marcha reuniu cerca de 30 mil manifestantes. O conflito provocou violência entre a polícia e os manifestantes e deixou um saldo de nove feridos, quatro deles policiais. Seis manifestantes foram presos. 4 Em 2001, 53 pessoas foram mortas por policiais, sendo 44 por policiais militares (28 em serviço, 16 em folga) e 9 por policiais civis (sete em serviço e dois em folga). No mesmo ano, morreram 18 policiais militares (8 em serviço e 10 em folga). 5 Em visita ao Brasil, no ano de 2000, o relator especial da Organização das Nações Unidas para a Tortura, Nigel Rodley, observou a prática de tortura no Distrito Federal. No relatório apresentado à ONU, há referência a dois casos de tortura, ocorridos nos anos de 1996 e 1998. Em ambos os casos, a violência foi perpetrada no interior de delegacia de polícia e a forma de tortura era semelhante: socos, chutes e choques elétricos. Em ambos os casos foi aberto inquérito, sendo que em um deles o Ministério Público teria apresentado denúncia e em outro houve absolvição dos policiais por não se saber se as lesões teriam sido causadas no Estado do Tocantins ou no Distrito Federal. 6 Policiais militares realizaram greve por melhores salários, com a duração de 24 horas, em setembro de 2000. 7

SISTEMA PENITENCIÁRIO

O Distrito Federal tem uma população carcerária de aproximadamente 5.039 pessoas detidas, para 3.130 vagas nas unidades pressionais. Esse déficit mostra uma superlotação, com 1.909 detentos acima do número de vagas disponíveis. No entanto, se destaca o número de vagas disponíveis para cumprimento de pena em regime semi-aberto, 1.226, para 1.646 vagas disponibilizadas para o cumprimento de pena em regime fechado. Nos outros estados da federação a desproporção de vagas entre os dois tipos de regime é mais acentuada. Neste caso, a diferença é pequena, possibilitando garantir uma instituição adequada àqueles que receberam pena de regime semi-aberto ou progrediram do regime fechado para este regime, conforme estabelece a Lei de Execução Penal. 8

VIOLÊNCIA RURAL

O Distrito Federal registrou, em 1999, sete conflitos rurais que envolveram 2.540 pessoas e, em 2001, foram apontados outros dois conflitos rurais que atingiram 600 pessoas. Não foram registrados conflitos no ano 2000, nem mortes no período 1999-2001. 9

LIBERDADES CIVIS E DIREITOS POLÍTICOS

Há denúncias de discriminação e de cerceamento da liberdade de imprensa envolvendo o Governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz. Em 2002, durante discurso proferido em um ato público, Roriz teria discriminado um líder comunitário negro. Quanto à censura, ocorreu às vésperas do 2º turno das eleições de outubro de 2002, quando o Governador obteve junto ao Tribunal Regional Eleitoral decisão judicial impedindo a divulgação pela imprensa do conteúdo de uma fita gravada pela polícia federal que registrava conversa sua com um deputado acusado de grilagem de terras públicas. Ao executar a determinação judicial, um oficial de justiça foi à sede do jornal Correio Brasiliense e acompanhou toda sua impressão. Outros jornais também foram proibidos de divulgar a fita. A ABI (Associação Brasileira de Imprensa) se manifestou lamentando e condenando a atitude do Tribunal. Em nota, a ANJ (Associação Nacional dos Jornalistas) disse que o "Correio Brasiliense teve negado, de forma acintosa, o direito elementar de agir de acordo com sua visão do interesse público – pedra basilar da liberdade de imprensa". 10 Nas eleições realizadas no dia 27 de outubro de 2002, o Distrito Federal recebeu a proteção das Forças Armadas. 11

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O número de jovens, entre 15 e 24 anos, mortos por homicídio aumentou de 294 para 341 entre 1998 e 2000. O número de mortes por homicídio por 100 mil habitantes na população entre 15 e 24 anos aumentou de 67,5 em 98 para 74,3 em 2000. Um indicador eficiente para avaliar a probabilidade dos jovens virem a ser mortos é a taxa de vitimização juvenil que era de 97,8 em 2000, próxima a taxa nacional de vitimização de jovens, 92,7% no mesmo ano. 12 Em relação à efetivação dos instrumentos de democracia participativa previstos no ECA, até o final do 1º semestre de 2002, o Distrito Federal tinha instalado em seu território um Conselho de Direitos e apenas um Conselho Tutelar. 13 Exploração Sexual No período de fevereiro de 1997 a junho de 2002, o Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil registrou no Brasil um total de 3.295 denúncias de exploração sexual, das quais 110 originaram-se no Distrito Federal. Considerando o período de jan/2000 a dez/2001, em que houve no Brasil 423 denúncias de abuso sexual, o Distrito Federal respondeu por oito. Cabe destacar, também, que Brasília, com 89 denúncias, estava, até dezembro de 2001, entre as cinco cidades com maior número de denúncias. 14 Trabalho Infanto-Juvenil O Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente indica que em 1999 havia 11.401 crianças e adolescentes na faixa de 5 a 15 anos de idade trabalhando no Distrito Federal. Deste total, 8.913 (78,18%) trabalhavam na área urbana e 2.488 (21,82%) na rural. O Mapa aponta que esse grupo ocupava, com maior frequência, os seguintes setores: Prestação de Serviços (3.526) e Comércio (2.487). Ademais, 3.318 eram domésticos, 3.315 não recebiam remuneração e 2.903 eram empregados. 15 Medidas Sócio-Educativas Conforme dados apresentados pelo Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Departamento da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério Justiça, o Distrito Federal tinha, em março de 2002, 1472 adolescentes inseridos em medida sócio-educativa de liberdade assistida (76,91% do total de adolescentes em conflito com a lei). 16 Em junho do mesmo ano, distribuídos pelas duas unidades de internação, havia um total de 360 (18,81%) jovens, sendo 346 do sexo masculino e 16 do feminino. Nesse mesmo período, nas 4 unidades de semiliberdade havia 82 adolescentes (4,28%), todos do sexo masculino. O índice de adolescentes em liberdade assistida era de 3,33. 17 Pelos dados fornecidos, não havia estabelecimento de internação provisória tampouco indicação de adolescentes submetidos a esta medida. A Comissão de Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Legislativa do Distrito Federal aponta que, entre 2000 e 2001, foram denunciadas à Comissão três casos relativos a crianças e adolescentes. Dois estão relacionados a adolescentes em conflito com a lei que cumpriam medida sócio-educativa de internação no Centro de Atendimento Juvenil Especializado (CAJE). Em um deles a mãe de um adolescente internado no CAJE solicita auxílio da Comissão, uma vez que seu filho estava sendo ameaçado por outros adolescentes. O segundo caso envolve denúncia das condições precárias do CAJE, "especialmente do Pavilhão Disciplinar, onde a denunciante encontrou seu filho confinado em um cubículo apertado, fétido e precariamente arejado, na companhia de outros três menores, sem as mínimas condições de acomodação e higiene". 18

MULHERES

No Distrito Federal, há registro de violências praticadas contra a mulher, particularmente na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, e também de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual. Na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher no Distrito Federal foram registradas, em 1999, 5.237 ocorrências policiais. Destas, 2.014 foram de ameaças (38,46%), 1.537 lesões corporais (29,35%), 536 vias de fato (10,23%), 23 maus tratos (0,44%), 5 tentativas de homicídio (0,10%) e 1 homicídio (0,02%). Quanto aos crimes envolvendo diretamente violência sexual, foram 110 ocorrências de estupro (2,10%), 22 atentados violentos ao pudor (0,42%) e 7 tentativas de estupro (0,13%). 19 As ocorrências registradas na Delegacia da Mulher indicam que as mulheres são frequentemente vítimas de agressões no âmbito familiar. Um caso grave deste tipo de violência chegou até a Comissão de Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Legislativa do Distrito Federal. É o caso de um policial militar que espancou sua companheira, deixando-a gravemente ferida. Em ofício enviado à Comissão, a Polícia Militar informou que instaurou inquérito para apurar o caso. 20 A Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes, para fins de Exploração Sexual Comercial, constatou a existência de cinco rotas para fins de exploração sexual comercial nesse estado, sendo que uma destas envolvia crianças e adolescentes. 21

No Distrito Federal, a taxa de homicídios contra as mulheres foi de 4,8 por 100 mil habitantes no ano 2000. As mulheres representam 6,6% das vítimas de homicídio. 22 No Distrito Federal, a polícia registrou 349 ocorrências de estupro e 179 atentados violentos ao pudor em 1999, 318 estupros e 295 atentados violentos ao pudor em 2000, 397 estupros e 340 atentados violentos ao pudor em 2001. 23 Informações fornecidas pelo Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Trabalho e Direitos Humanos, apontam que o Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal assegura à mulher e a seus filhos vítimas de violência física, sexual e psicológica, instrumentos de reestruturação emocional e reintegração social. A Casa Abrigo do Distrito Federal presta atendimento a mulheres vítimas de violência, tais como capacitação profissional, além de atendimentos psicológico, jurídico, médico ginecológico, médico infantil/pediátrico, fisioterápico, pedagógico, psicoterápico e de terapia ocupacional. Desenvolvem, ainda, campanhas, através de cartilhas, treinamentos e palestras. Foram atendidas 31 mulheres 2000, 84 em 2001 e 121 entre janeiro a setembro de 2002. 24

AFRO-DESCENDENTES

A população afro-descendente (984.095) representa 47,98% da população do estado, proporção inferior à média da Região Centro-Oeste. Na população afrodescendente, 4,93% se declararam negros e 43,04% pardos.²⁵ Em 31 de janeiro de 2002, durante um ato em Brazlândia, cidade satélite de Brasília, o governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz (PMDB), fez críticas ao Partido dos Trabalhadores e pediu para que a multidão viesse um líder comunitário do assentamento São José, chamando-o de "crioulo petista". O motivo teria sido o fato de que este líder, juntamente com outros moradores, levou faixas reivindicando melhorias na infra-estrutura do assentamento, especialmente nos serviços de água e luz, uma vez que a população daquele local pagava regularmente o IPTU. O discurso foi gravado pela rádio CBN. O PT pediu providências ao Procurador Geral da República e entrou com uma representação no Ministério Público Eleitoral por entender que houve prática de racismo e incitação à violência por parte do governador. Por iniciativa do Secretário de Estado dos Direitos Humanos, o caso foi encaminhado ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. 26

INDÍGENAS

No Censo Demográfico de 2000, consta que 9.527 pessoas, o equivalente a 0,46% da população desse Estado, se declarou indígena. No entanto, não constam como povo ou etnia reconhecida nem nos registros da Fundação Nacional do Índio (Funai) nem nos registros do Instituto Sócio-Ambiental (ISA). 27 Acesso à Justiça O caso do índio Pataxó Galdino Jesus dos Santos, assassinado por cinco jovens que atearam fogo em seu corpo na madrugada do dia 20 de abril de 1997, teve, nos últimos anos, alguns fatos novos. Depois do Tribunal de Justiça do Distrito Federal ter, em março de 1998, confirmado a decisão da juíza de primeira instância, que entendeu que o crime cometido seria de lesão corporal seguida de morte, o Ministério Público recorreu ao Superior Tribunal de Justiça. Em 9 de fevereiro de 1999, os juízes da 5ª Turma do STJ reformaram a sentença, considerando o crime doloso contra a vida, razão pela qual ele passou a ser julgado por um Tribunal do Júri. O julgamento começou no dia 6 de novembro de 2001 e durou mais de 5 dias. A médica de plantão na madrugada dos fatos depôs afirmando que Galdino não estava enrolado em um cobertor quando chegou ao hospital, conforme diziam os acusados. As outras duas testemunhas, que foram os responsáveis por socorrer Galdino e por anotar a placa do carro dos réus, também negaram a existência de qualquer cobertor sobre seu corpo. Além disso, a médica também disse que, em função da extensão das queimaduras, provavelmente mais do que gotas de álcool foram usadas para atear o fogo.²⁸ Os acusados foram condenados pelo Júri a 14 anos de prisão pelo crime de homicídio triplamente qualificado.

IDOSOS

O Distrito Federal tinha, em 2000, uma população de 109.638 idosos. Seguindo a tendência nacional, a população de idosos cresceu de 4% da população total em 1991 para 5,3% no ano 2000. O Distrito Federal tem um Conselho do Idoso, cujas principais atribuições são: acompanhar a criação, instalação e manutenção de centros de convivência destinados ao

desenvolvimento do idoso; fiscalizar as entidades que recebem doações ou auxílios originários dos cofres públicos; e assegurar ao idoso sua autonomia e seu bem-estar. Neste sentido, de maio a dezembro de 2001, o conselho atendeu a um total de 3.870 idosos, sendo registrados 29 casos de violência. De janeiro a agosto de 2002, o número de idosos atendidos foi de 2.112. O número de casos de violência registrados pelo conselho aumentou consideravelmente para 45 casos. 2 9

PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

A Secretaria de Trabalho e Direitos Humanos do Governo do Estado do Distrito Federal possui uma Diretoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, que promove ações para melhorar sua integração à sociedade e sua acessibilidade a espaços públicos e privados. Os casos de discriminação contra portadores de deficiência são encaminhados aos órgãos competentes, tais como: Ministério Público, Núcleo de Apoio à Diversidade nas Relações de Emprego e Trabalho da Delegacia Regional do Trabalho, entre outros. 30 A partir de um seminário realizado em parceria com a Secretaria de Coordenação das Administrações Regionais e CORDE/DF, o Governo do Distrito Federal criou o Programa "Acessibilidade: Direito de Todos". O programa visa melhorar a acessibilidade aos portadores de deficiência física e de necessidades especiais que têm grandes dificuldades de locomoção. Nesse sentido, o Governo do Distrito Federal editou, em 31 de outubro de 2000, o Decreto nº 21.673, que obriga a administração a promover as adaptações indispensáveis à garantia de locomoção das Pessoas Portadoras de Deficiência. Em 21 de setembro de 2001, o Decreto nº 22.419 constituiu a Comissão Permanente de Acessibilidade para fazer o acompanhamento da implementação das propostas do Programa "Acessibilidade: Direito de Todos".

MIGRANTES

A população de migrantes (410.613) representa 20,02% da população do Distrito Federal.³¹ É o estado que tem a terceira maior população de migrantes do país, proporcionalmente à população, menor apenas que as de Roraima e Amapá na Região Norte.

GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS E TRANSEXUAIS

Em 2000, foram registrados quatro homicídios homofóbicos contra gays. Em 2001, essa quantidade aumentou para 11, sendo que em nove a vítima era gay e em dois travestis. 32 Em Brasília, o preconceito contra gays, lésbicas, transexuais e bissexuais está retratado em dois casos do ano 2000. No primeiro, uma mulher de 23 anos foi expulsa de uma boate após ter beijado sua namorada. No outro, um homossexual que desejava realizar uma cirurgia para mudança de sexo foi afastado da Aeronáutica. Atuava nas forças armadas havia 22 anos e havia sido condecorado por bons serviços. Foi afastado sob a alegação de ser incapaz, obtendo inclusive um documento assinado pela Junta Superior do Comando da Aeronáutica contendo diagnóstico de transexualismo. O ex-cabo recorreu à justiça para garantir seu direito à aposentadoria, que foram prejudicados. A Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil e a Associação de Praças das Forças Armadas estão acompanhando o caso e apoiando a vítima. 3 3 Em junho de 2001, em Brasília, o Grupo Atitude–Direito e Cidadania para Homossexuais organizou a sexta Parada do Orgulho Brasiliense Gay, que reuniu cerca de mil pessoas. 34 No dia 10 de fevereiro de 2000, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados recebeu denúncias de práticas sistemáticas de tortura contra jovens homossexuais, o que inclui sessões de afogamento, espancamento e abusos sexuais, praticadas por policiais militares desde de 1996 até maio de 1999, na região de Candangolândia. Dezessete policiais estão sendo investigados pela Corregedoria da Polícia Militar do Distrito Federal. 35

1 Waiselfisz, J.J. Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002).

2 Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Relatório de Atividades de 2001 e Relatório de Atividades de 2000.

3 Oliveira, Djaci David de, Santos, Sales Augustos dos, Silva, Valéria Getúlio de Brito (orgs.), Violência Policial: Tolerância Zero (Goiânia: Editora UFG; Brasília: MNDH, 2001).

4 Folha de S. Paulo, 28 de junho de 2001, Brasil, A 8, "Violência marca protesto contra o governo".

5 Governo do Distrito Federal, relatório enviado à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.

6 Rodley, Nigel, Relatório sobre a Tortura no Brasil. Disponível no web-site da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (www.mj.gov.br/sedh) e da ONG Justiça Global (www.global.org.br).

7 O Estado de S. Paulo, 21 de outubro de 2000, Cidades, C5, "Última paralisação da PM ocorreu no mês passado".

8 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional (www.mj.gov.br/depen/default.htm).

9 Comissão Pastoral da Terra, Conflitos no Campo – Brasil 1999, Conflitos no Campo – Brasil 2000 e Conflitos no Campo – Brasil 2001.

10 Folha de S. Paulo, 25 de outubro de 2002, "Decisão do TRE impõe censura prévia a jornal".

1 1 Agência Estado, 27 de outubro de 2002, "Forças Armadas atuam em 149 municípios, sem incidentes até agora" (www.estadao.org.br).

1 2 Waiselfisz, J.J. Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002). A taxa de vitimização juvenil por homicídios é a relação entre a taxa de óbitos por homicídio de jovens de 15 a 24 anos e as taxas de homicídio na população total. Quanto maior a taxa de vitimização, maior é a concentração de homicídios na população jovem. Quando a taxa é zero ou próxima a este valor, os homicídios atingem na mesma proporção os jovens e os demais grupos da população.

1 3 Ministério da Justiça, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca).

1 4 ABRAPIA - Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil (www.abrapia.org.br). Conforme descrito na introdução geral, o conceito de exploração sexual infanto-juvenil abrange: abuso sexual (intra-familiar e extra-familiar) e exploração sexual comercial (compreendendo o tráfico para fins sexuais, a prostituição, o turismo sexual e a pornografia).

1 5 Ministério do Trabalho e Emprego, Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente (Brasília: MTE, 2001), p 22. O Mapa traz, ainda, as atividades desenvolvidas pelas crianças e adolescentes conforme o Estado. No Distrito Federal foi constatado o trabalho de pessoas entre 5 e 15 anos nas atividades de: Catadores de Lixo; Comércio (Ambulante e Varejista); Culturas (de Batata, Cebola, Alho e Feijão); Hortifruticultura; Lavagem de Automóveis; Office-Boy e Office-Girl; Panfletagem; Produção de Carvão Vegetal; Serviços (de Rua; e Domésticos); Serviços e Comércio de Alimentos; e Serviços (em Cerâmicas e Olaria; em Borracharia; em Madeiras e Serrarias; e em Pedreiras).

1 6 Ministério da Justiça, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca). Na construção da porcentagem indicada foram considerados

apenas os adolescentes inseridos nas medidas de internação, semiliberdade e liberdade assistida. Desconsiderou-se as demais medidas (advertência, obrigação de reparar o dano e prestação de serviço à comunidade) uma vez que a fonte de dados fazia referência àquelas medidas mais gravosas.

GOIÁS

O Estado de Goiás, situado no centro do território brasileiro, faz divisa com os estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia e Tocantins. Em 1988, o estado foi dividido, dando origem ao Estado do Tocantins. A economia se baseia no comércio, na indústria (mineração, alimentícia, vestuário, mobiliária, metalúrgica, madeireira), agricultura (soja, arroz, algodão, cana-de-açúcar) e pecuária. Em Goiás, há grande número de denúncias de violência policial, inclusive a prática de tortura e outros tratamentos cruéis, como método de forçar confissões e obter informações, contra policiais militares. Goiás é o estado da Região Centro-Oeste com o maior número conhecido de rotas de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual. Uma pesquisa constatou a existência de 11 rotas de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual comercial nesse estado, sendo que 10 delas também envolviam crianças e adolescentes. 1

VIOLÊNCIA POLICIAL, TORTURA E EXECUÇÕES

O Governo do Estado informa que 25 pessoas foram mortas por polícias militares entre janeiro de 2000 e agosto de 2002, das quais 10 foram mortas por polícias civis e 15 por policiais militares. Outras 12 pessoas foram mortas por policiais civis fora de serviço. 2 Segundo informações do Centro de Apoio Operacional do Controle Externo da Atividade Policial, do Ministério Público de Goiás, 235 pessoas foram denunciadas no estado com base na lei 9.455/97, que penaliza o crime de tortura. Dentre estas, são 165 policiais militares, 54 policiais civis, dois agentes penitenciários e um vereador. 3 Em visita ao Brasil, no ano de 2000, o Relator Especial da Organização das Nações Unidas para a Tortura, Nigel Rodley, observou a prática de tortura no Estado de Goiás, citando três casos no seu relatório, todos no ano de 1999. As violências físicas e psicológicas perpetradas – através de espancamento, choque elétrico, afogamento e demais espécies de tortura – estavam relacionadas à tentativa dos policiais de obter confissão de suspeitos pela prática de crime e de obter informação sobre o paradeiro de pessoas foragidas. 4

SISTEMA PENITENCIÁRIO

O número de detentos no estado de Goiás está acima do número de vagas oferecidas, são 4.603 vagas para 5.608 detentos. Destaca-se a acentuada diferença entre a proporção de vagas para cumprimento de pena em regime fechado, 3.172, e as vagas para cumprimento de pena em regime aberto, 738. 5 O Governo do Estado informa que houve uma rebelião na Cadeia Pública Provisória em 2001, com a participação de aproximadamente 200 presos. Houve ainda quatro fugas na Cadeia Pública Provisória, com participação de 20 presos, e seis fugas na penitenciária Odenir Guimarães, com participação de 26 presos. 6

VIOLÊNCIA RURAL

Goiás registrou 34 conflitos rurais envolvendo 20.607 pessoas em 1999, 38 conflitos que envolveram 20.015 pessoas no ano 2000 e 30 conflitos que atingiram 10.440 pessoas em 2001. Não houve registro de mortes em decorrência destes conflitos. 7 Um caso de tentativa de assassinato ocorreu na Fazenda Campo Belo, em Caiapônia, interior de Goiás, em 12 de fevereiro de 2001. Quatro trabalhadores semterra e um tratorista foram feridos a tiros e o fazendeiro, acusado do crime, fugiu. Na região vivem cerca de 150 famílias de trabalhadores rurais à espera de assentamento. Segundo informações da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, dois policiais (um sargento e um soldado) que estavam a 40 metros do local nada fizeram e teriam, inclusive, ajudado o agressor na fuga. 8 TRABALHO ESCRAVO A Comissão

Pastoral da Terra registrou, em 1999, a presença de 19 trabalhadores em condição análoga a de escravo (no município de Bom Jardim). Em 2000, foram registradas 23 pessoas nessa condição (nos municípios de Cabeceiras e Guapó). 9 O Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Gertraf realizou quatro operações em Goiás, no ano 2000, que resultaram na libertação de 78 trabalhadores em situação degradante ou análoga à escravidão. 10 Em julho de 2000, o Ministério Público do Trabalho constatou que um fazendeiro do município de Guapo mantinha, há cerca de 20 anos, em condição análoga a de escravo, um "empregado" que realizava, na fazenda, serviços gerais como capinar, roçar o pasto, cuidar do gado, tirar leite e cuidar das galinhas. Verificou-se que ele residia em uma casa sem instalações sanitárias, o que o levava a ter que fazer suas necessidades básicas no mato e utilizar folhas para higienização. Além disso, comia a mesma comida dos cachorros, recebia a irrisória remuneração que variava entre R\$ 2,00 a R\$ 4,00 por mês e só podia sair da fazenda quando o fazendeiro estava presente. O Ministério Público ingressou com ação trabalhista contra o proprietário da fazenda, que foi preso em flagrante. 1 1

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O número de jovens, entre 15 e 24 anos, mortos por homicídio aumentou de 227 para 351 entre 1998 e 2000. O número de mortes por homicídio por 100 mil habitantes na população entre 15 e 24 anos aumentou de 23 em 98 para 34,2 em 2000. Apesar desse crescimento ser o maior registrado, no período, entre os estados do Centro-Oeste, a taxa de vitimização juvenil, que indica a probabilidade dos jovens virem a ser mortos, era, em Goiás, de 70,7. Estando, assim, bem abaixo dos 92,7 da taxa nacional. 12 Em relação à efetivação dos instrumentos de democracia participativa previstos no ECA, até o final do 1º semestre de 2002, somente 145 dos 242 municípios contavam com Conselhos Tutelares. O que significa que muitas cidades do Estado ainda descumpriam o ECA no que se refere à implantação desses órgãos. Quanto aos Conselhos Municipais de Direitos a situação era melhor, porém em 50 cidades não estava instalado. 13 Em junho de 2000 foi efetivamente instalada a Delegacia de Investigação de Crimes contra a Criança e o Adolescente de Goiânia (DICCA), passados mais de dois anos e meio desde a sua criação por decreto estadual. Vinculada à Secretaria de Segurança Pública Estadual, a instalação da Delegacia só foi possível após ampla mobilização que envolveu a imprensa e a sociedade, representada pelo Fórum Interinstitucional de Goiânia, Conselheiros Tutelares e de Direitos, e membros do Fórum Permanente de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. 14 A sociedade Cidadã 2000, através de uma ação que envolveu 150 técnicos, educadores sociais e conselheiros tutelares, contabilizou em três dias de pesquisa de campo um total de 2.153 crianças e adolescentes nas ruas da capital do estado e do entorno. Constatou-se, também, a presença de 41 pessoas com idade inferior a 18 anos se prostituindo. O levantamento, que aponta a gravidade da situação de vulnerabilidade da infância e juventude goiana, tinha por objetivo contribuir para o aprimoramento de ações para essa faixa da população. 1 5 Entre os serviços voltados para essa população, há na capital do Estado a Casa das Flores, que é mantida pela Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário e é parte integrante da Sociedade Cidadã 2000. A Casa desenvolve trabalho com meninas em situação de rua, com idade entre 12 e 18 anos. Em março de 2002, acompanhava 34 famílias e, desde de sua instalação em 1998, 54 das 84 adolescentes atendidas foram re-inseridas na família.

Exploração Sexual

No período de fevereiro de 1997 a junho de 2002, o Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil registrou no Brasil um total de 3.295 denúncias de exploração sexual, das quais 60 originaram-se no Estado de Goiás. 1 7 Considerando o período de jan/2000 a dez/2001, houve no Brasil 423 denúncias de abuso sexual, ao qual o Estado de Goiás responde por sete; 36 casos denunciados de Tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual, sendo um de Goiás; e 80 de turismo sexual, dos quais dois eram de Goiás. 1 8 Entre os anos de 2001 e 2002 foi realizada Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial, que constatou a existência no Brasil de 172 rotas de tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial. Tinham sua origem em Goiás, 12 rotas, sendo que 10 delas também envolviam mulheres com idade superior a 18 anos. 19 Em junho de 2001, as autoridades goianas, atentas à pedofilia pela internet e visando combater esta forma de exploração sexual

e comercial de crianças e adolescentes, firmaram convênio com 22 provedores. O Convênio, que envolve Ministério Público Federal, Polícia Federal e Ministério Público Estadual, prevê a divulgação do art. 241 do ECA e dos endereços que recolhem anonimamente denúncias dessa espécie. 20

Trabalho Infante-Juvenil

O Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente indica que em 1999 havia 91.754 crianças e adolescentes na faixa de 5 a 15 anos de idade trabalhando no Estado de Goiás. Deste total, 56.599 (61,96%) trabalhavam na área urbana e 34.755 (38,04%) na rural. O Mapa aponta que esse grupo ocupava, com maior frequência, os seguintes setores: Agropecuária (32.107) e Prestação de Serviços (17.211). Ademais, 34.755 (38,18%) eram empregados, 32.768 (36%) não recebiam remuneração e 13.239 (14,54%) eram domésticos. 2 1 Inspirado em pacto anterior que obteve resultados significativos no combate ao trabalho infante-juvenil, a Delegacia Regional do Trabalho, o Governo do Estado e a Federação das Indústrias do Estado de Goiás firmaram pacto com vistas à erradicação do trabalho infante-juvenil na cadeia produtiva das indústrias. 2 2 Pelo pacto, as indústrias goianas deverão suspender os contratos de fornecedores de matérias primas que utilizarem mão-de-obra de trabalhadores menores de 16 anos, exceto na condição de aprendiz, prevista em lei. O Governo do Estado orientará as empresas beneficiadas por incentivos fiscais a não empregar adolescentes nessa faixa etária e a Delegacia Regional do Trabalho e Emprego, com apoio dos sindicatos, divulgará essa proibição. 2 3 Entre os programas do Governo do Estado voltados para a complementação da renda familiar e o combate ao trabalho infante-juvenil, estão o Salário Escola, o Renda Cidadã e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Medidas Sócio-Educativas Conforme dados apresentados pelo Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do adolescente e pelo Departamento da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério Justiça, o Estado de Goiás tinha, em março de 2002, 450 adolescentes inseridos em medida sócio-educativa de liberdade assistida (91,84% do total de adolescentes em conflito com a lei). 24 Em junho do mesmo ano, havia um total de 32 jovens internados nas três unidades do Estado; e oito cumprindo semiliberdade no único estabelecimento apropriado para esta medida. Tanto na internação quanto na semiliberdade a população era composta somente por jovens do sexo masculino. Com estes dados, o índice de adolescentes em liberdade assistida era de 11,25. 25 Em Goiás, no final do 1º semestre de 2002, havia 173 adolescentes internados provisoriamente (dos quais somente duas eram do sexo feminino) nas cinco unidades para cumprimento dessa medida provisória. Efetivando o princípio da excepcionalidade no momento da aplicação da medida sócio-educativa, Goiás é o estado brasileiro com maior índice de aplicação de medida em meio aberto em comparação àquelas em meio fechado (semiliberdade e internação). 26 Destacase, também, o estado (2º colocado no cenário nacional) em razão da média de adolescentes por unidade de internação, ou seja, pouco menos de 11 jovens por unidade, bem abaixo do indicado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que impõe um máximo de 40 adolescentes por unidade.

MULHERES

Na Região Centro-Oeste, Goiás é o estado com maior número de rotas de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual. A Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes, para fins de Exploração Sexual Comercial, constatou a existência de 11 rotas de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual comercial em Goiás, sendo que 10 destas rotas também envolviam crianças e adolescentes. 27 Em Goiás, a taxa de homicídios contra as mulheres foi de 5,2 por 100 mil habitantes no ano de 2000. As mulheres representam 13% das vítimas de homicídios no estado. 2 8 Em três Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher no Estado de Goiás, em 1999, foram registradas 7.741 ocorrências policiais. Destas, 3.401 foram de ameaças (43,93%), 2.193 lesões corporais (28,33%), 1.080 vias de fato (13,95%), 35 tentativas de homicídio (0,45%), 24 Maus tratos (0,31%), 16 homicídios (0,21%), e 3 seqüestros e cárceres privados (0,04%). Quanto aos crimes envolvendo diretamente violência sexual, foram: 266 estupros (3,44%), 70 tentativas de estupros (0,90%) e 3 atentados violentos ao pudor (0,04%). 2 9 AFRO-DESCENDENTES A população afro-descendente (2.380.671) representa 47,58% da população do estado, proporção inferior à média da Região

Centro-Oeste. Na população afro-descendente, 4,17% se declararam negros e 43,42% pardos.
30

INDÍGENAS

Goiás tem uma população de 235 indígenas Tapuia, além de abrigar, também, outros 16 indígenas Avá-Canoeiro, que vivem entre Goiás e Tocantins.^{3 1} Estima-se que tenha a menor população indígena entre os estados que têm indígenas no país. ³² O Estado tem 7 áreas indígenas, que se encontram na seguinte situação jurídica: ³³

Situação	No. de Terras Indígenas
A identificar	2
Homologadas	2
Declaradas	1
Registradas	2

Em consequência do represamento das águas do reservatório de Cana Brava, o volume do Rio Tocantins aumentou, tornando-o sempre cheio e causando inundamento de parte do território dos indígenas Avá-Canoeiro. Em cerca de 25 km de suas terras, os indígenas perderam recursos naturais e benfeitorias; e, com as melhorias proporcionadas pelo empreendimento no acesso fluvial às terras indígenas, tiveram que suportar, também, o aumento da quantidade de invasores no território. ³⁴ Trabalho Forçado No dia 22 de fevereiro de 2000, 22 indígenas Xakriabá foram resgatados de trabalho escravo a que estavam sendo submetidos em uma fazenda no município de Cabeceiras. Famintos, doentes e vivendo em alojamentos sem higiene e nos quais dormiam no chão, estavam há dois meses trabalhando na colheita do feijão. Apesar de ter sido acordado inicialmente que receberiam R\$ 7,00 (sete reais) por tarefa de feijão colhida (o correspondente a uma área de 50 por 25 metros), durante todo o período não receberam nada. O empregado da fazenda declarou que o pagamento somente sairia no final da colheita (o que, por si só, já é ilegal) e seriam, ainda, descontados os gastos com alimentação. O ocorrido é consequência da falta de perspectivas de sobrevivência dos Xakriabá que, depois de enfrentarem uma grande seca, deixaram sua aldeia originária, em São João das Missões (Minas Gerais), em busca de trabalho nas fazendas e lavouras de cana. Contudo, para agravar a situação, os indígenas são forçados a negar sua identidade étnica para, assim, obter a contratação. ^{3 5}

IDOSOS

Em 2000, Goiás tinha uma população de 358.816 idosos.³⁶ Acompanhando a tendência da Região Centro-Oeste, que passou por um processo de envelhecimento da população na última década, o Estado, que tinha 5,7% da população integrada por idosos em 1991, passou a ter 7,2% da população composta por idosos no ano 2000.

GAYS, LÉSBICAS, TRANSEXUAIS E BISSEXUAIS

Entre os anos de 2000 e 2001, foram registrados 8 homicídios homofóbicos, tendo sido 5 contra gays e 3 contra travestis. ³⁷

1 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, Relatório Nacional - Pesquisa Sobre tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial (Brasília: CECRIA, 2002).

2 Governo do Estado, Relatório sobre os Direitos Humanos – Estado de Goiás, enviado à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.

3 Centro de Apoio Operacional do Controle Externo da Atividade Policial, do Ministério Público de Goiás, Relação dos Denunciados pelo Crime de Tortura – Lei 9.455/97 – Atualizada no mês de outubro de 2002.

4 Rodley, Nigel, Relatório sobre a Tortura no Brasil. Disponível no web-site da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (www.mj.gov.br/sedh) e da ONG Justiça Global (www.global.org.br).

5 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional (www.mj.gov.br/Depen/default.htm).

6 Governo do Estado, Relatório sobre os Direitos Humanos – Estado de Goiás, enviado à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.

7 Comissão Pastoral da Terra, Conflitos no Campo – Brasil 1999, Conflitos no Campo – Brasil 2000 e Conflitos no Campo – Brasil 2001.

8 O Globo, 13 de fevereiro de 2001

9 Comissão Pastoral da Terra, Conflitos no Campo- Brasil 1999 e Conflitos no Campo – Brasil 2000.

10 Ministério do Trabalho e Emprego, A Experiência do Grupo Especial de Fiscalização Móvel 2002.

1 1 Ministério Público do Trabalho, Relatório de Atividades 2001 – Trabalho Escravo/Forçado.

1 2 Waiselfisz, J.J. Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002). A taxa de vitimização juvenil por homicídios é a relação entre a taxa de óbitos por homicídio de jovens de 15 a 24 anos e as taxas de homicídio na população total. Quanto maior a taxa de vitimização, maior é a concentração de homicídios na população jovem. Quando a taxa é zero ou próxima a este valor, os homicídios atingem na mesma proporção os jovens e os demais grupos da população.

1 3 Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca).

1 4 Notícias disponíveis no web-site a ABMP (www.abmp.org.br).

1 5 Goiânia, Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trintade.

16 O Popular-GO, 18 de março de 2002, p. 7 notícias disponíveis no web-site a ABMP (www.abmp.org.br).

1 7 Conforme descrito na introdução geral, o conceito de exploração sexual infanto-juvenil abrange: abuso sexual (intrafamiliar e extra-familiar) e exploração sexual comercial – compreendendo o tráfico para fins sexuais, a prostituição, o turismo sexual e a pornografia.

1 8 ABRAPIA - Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil (www.abrapia.org.br). Conforme descrito na introdução geral, o conceito de exploração sexual infanto-juvenil abrange: abuso sexual (intra-familiar e extra-familiar) e exploração sexual comercial (compreendendo o tráfico para fins sexuais, a prostituição, o turismo sexual e a pornografia)

1 9 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, Relatório Nacional - Pesquisa Sobre tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial (Brasília: CECRIA, 2002).

2 0 Notícias disponíveis no web-site a ABMP (www.abmp.org.br). O citado art. 241 dispõe que é crime: Fotografar ou publicar cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente. Pena – reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

2 1 Ministério do Trabalho e Emprego, Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente (Brasília: MTE, 2001), p 25. O Mapa traz, ainda, as atividades desenvolvidas pelas crianças e adolescentes conforme o Estado. Em Goiás foi constatado o trabalho de pessoas entre 5 e 15 anos nas atividades de: Agricultura Canavieira; Comércio, Indústria e Serviço; Culturas (de Goiaba; Melancia; Algodão; Alho; Feijão; e Tomate); Indústria Alimentícia; Produção de Carvão Vegetal; Serviços (de Rua; em Cerâmicas e Olarias; e em Pedreiras).

2 2 Em 1997, a DRT firmou pacto com a FIEG e o Sindicato das Indústrias de Alimentação. Na época, a Delegacia Regional do Trabalho contou 2.880 entre 10 e 14 anos exercendo atividades laborativas no Estado. Em 2001, a contabilização indicou que 216 crianças e adolescentes nessa situação.

2 3 O Popular-GO, 2 de maio de 2002, notícias disponíveis no web-site a ABMP (www.abmp.org.br)

2 4 Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca). Na construção da última porcentagem indicada foram considerados apenas os adolescentes inseridos nas medidas de internação, semiliberdade e liberdade assistida. Desconsiderou-se as demais medidas (advertência, obrigação de reparar o dano e prestação de serviço à comunidade) uma vez que a fonte de dados fazia referência àquelas medidas mais gravosas.

2 5 Este índice foi obtido a partir do resultado da divisão do número total de adolescentes em liberdade assistida pelo número total de inseridos em medidas em meio fechado (assim consideradas internação e semiliberdade). Quanto maior o índice, maior também a aplicação no Estado da medida em meio aberto em comparação ao número de adolescentes privados, parcial ou totalmente, de liberdade.

2 6 O Estatuto da Criança e do Adolescente, no art. 122, estabelece que a aplicação da medida de internação só será possível nas seguintes hipóteses: quando o ato infracional for cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; se houver reiteração no cometimento de outras infrações graves; ou se o jovem descumprir reiterada e injustificavelmente medida anteriormente imposta. Além dessas condições, o juiz deverá observar o que dispõe o parágrafo 2º do mesmo artigo 122 do ECA que estabelece que: "em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada".

2 7 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, Relatório Nacional - Pesquisa Sobre tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial (Brasília: CECRIA, 2002).

2 8 Waiselfisz, J.J., Mapa da Violência III (Brasília: Unesco, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002).

2 9 Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - Pesquisa Nacional sobre as Condições de Funcionamento das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres. Relatório da pesquisa disponível no web-site da entidade(www.mj.gov.br/sedh/cndm).

3 0 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br). 3 1 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org).

3 2 Conselho Indigenista Missionário (www.cimi.org.br), que informa ter esse estado uma população de 182 indigenas.

3 3 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org). Dados atualizados em 3 de outubro de 2002 (com exceção das informações de Terras Indígenas declaradas, atualizadas em 8 de agosto de 2002).

3 4 Ministério Público Federal – Procuradoria Geral da República – Comunidades Indígenas e Minorias; texto: "Impactos de empreendimentos hidroelétricos em Territórios Indígenas".

3 5 Conselho Indigenista Missionário - CIMI, Informe n.º 400, de 02 de março de 2000.

3 6 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br)

3 7 Mott, Luiz e Marcelo Cerqueira, Causa Mortis: Homofobia. Violação dos Direitos Humanos e Assassinato de Homossexuais no Brasil – 2000 (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2001) e Mott, Luiz, Marcelo Cerqueira e Cláudio Almeida. O Crime Anti-Homossexual no Brasil. Editora Grupo Gay da Bahia - 2001 (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2002).

MATO GROSSO

O Estado do Mato Grosso, situado a oeste da Região Centro-Oeste, faz divisa com os estados do Amazonas, Pará, Tocantins, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rondônia e com a Bolívia. Tem parte de seu território ocupado pela Floresta Amazônica. Sua capital é Cuiabá e a economia está baseada na indústria extrativista (madeira, borracha), agricultura (cana-de-açúcar, soja, arroz, milho), pecuária, mineração (calcário e ouro) e na indústria (metalúrgica e alimentícia). O estado foi dividido em 1977, dando origem ao Mato Grosso do Sul. O Mato Grosso é o estado da Região Centro-Oeste com o maior índice de violência fatal. Enquanto a taxa de homicídios na Região Centro-Oeste foi de 29,3 homicídios por 100 mil habitantes em 2000, no Mato Grosso ela foi de 39,8. Além disso, entre os anos de 1991 e 2000, a taxa de homicídios sofreu um aumento de 76,89%.¹ O Mato Grosso é também o estado com o maior número de mortes em conflitos rurais e o maior número de trabalhadores em situação de escravidão na Região Centro-Oeste. No Estado do Mato Grosso, há um sério problema de prostituição infantil. Devido ao trânsito e à movimentação causados pelos garimpos e pelas fronteiras, há um intenso turismo sexual, tanto de meninas quanto de mulheres. Os esquemas de poderes locais e as redes de narcotráfico ajudam a agravar a situação. Além disso, a facilidade com que se transita na fronteira com a Bolívia contribui para que meninas brasileiras viajem para lá para se prostituir. A população indígena está envolvida em diversos conflitos com madeireiros, garimpeiros e posseiros. Uma situação especialmente complicada é enfrentada pelos indígenas Cinta-Larga. Suas terras são constantemente invadidas por madeireiros e garimpeiros em busca de diamante. Enquanto alguns indígenas participam de alguma forma dessas atividades ilegais, outros atuam contra elas. A relação entre os indígenas e os invasores é bastante conflituosa e frequentemente violenta. Como resultado da situação geral, foram registrados três assassinatos de indígenas entre 1999 e 2002, além de outros casos de violência e do aumento da prostituição e do alcoolismo no local.

VIOLÊNCIA POLICIAL, EXECUÇÕES E TORTURAS

Em abril de 2001, a Ordem dos Advogados do Brasil – Mato Grosso encaminhou ao Ministro da Justiça e ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana denúncia de falta de imparcialidade das autoridades estaduais na apuração do assassinato do adolescente Nilson Pedro da Silva por policiais militares, ocorrido na cidade de Rondonópolis em março do mesmo ano. ² Em visita ao Brasil, no ano de 2000, o Relator Especial da Organização das Nações Unidas para a Tortura, Nigel Rodley, observou a prática de tortura e outros tratamentos cruéis no Estado de Mato Grosso, citando um caso no seu relatório, referente à ocorrência de execuções, agressões e espancamentos de presos na Penitenciária Pascoal Ramos, em fevereiro de 2000. ³

SISTEMA PENITENCIÁRIO

O número de encarcerados no estado está acima do número de vagas oferecido. O sistema prisional oferece 2.101 vagas, das quais 889 estão nas instituições policiais e 1.212 vagas estão no sistema prisional, para 2.673 detentos. A grande maioria dos detentos, mais da metade, encontram-se aguardando julgamento. Embora não tenham sido condenados, estão presos em instituições destinadas a presos cumprindo pena de regime fechado. 4 Entre 1999 e 2000, ocorreram diversas rebeliões e chacinas nos estabelecimentos prisionais do estado. Na maioria dos casos, o saldo das rebeliões são detentos mortos ou gravemente feridos. Durante esse período, 63 detentos foram mortos e 27 gravemente feridos. No ano de 1999, ocorreram três rebeliões sérias, motivadas pela superlotação, e dois detentos foram mortos a golpes de chuço no Presídio de Mata Grande. Em fevereiro de 2000, uma chacina violenta aconteceu no Presídio de Pascoal Ramos, em Cuiabá. A chacina, ficou conhecida como "massacre de Pascoal Ramos", na qual 13 detentos foram mortos, (6 com armas brancas e 7 com armas de fogo) e outros 15 ficaram feridos gravemente. A Polícia Militar e o Grupo da Operação Especial do Comando Independente não intervieram no massacre, agindo apenas do lado de fora da prisão, realizando a guarda externa do presídio e evitando possíveis fugas. Dois detentos foram baleados ao tentarem atingir o muro do presídio. O Relatório do Ministério Público, publicado no dia 23 de fevereiro daquele ano, concluiu pela responsabilidade do Estado pelas mortes dos detentos, por ter falhado em prevenir o incidente. 5 Em abril de 2000, o Relatório sobre o Sistema Prisional do Estado do Mato Grosso, elaborado pela Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa, juntamente com organizações de Direitos Humanos, aponta a freqüência de superlotação, e vários problemas que agravavam a situação de maus tratos no sistema prisional do estado. Foram encontrados em todos os estabelecimentos dificuldades relacionadas ao sistema de saúde, a estrutura, ao trabalho que desconta o tempo remido, a educação, ao lazer, a alimentação, a falta de funcionários; a falta de assistência jurídica e de defensores e alguns casos de espancados após tentativa de fuga. 6

VIOLÊNCIA RURAL

No Mato Grosso, a violência rural cresceu entre 1999 e 2001. Em 2001, o estado superou o Mato Grosso do Sul em número de conflitos rurais, passando de 27 em 1999 para 42 em 2001. Embora o número de pessoas envolvidas em conflitos rurais tenha diminuído de 29.425 em 1999 para 11.946 em 2001, o número de mortes em conflitos rurais cresceu, passando de uma em 1999 para quatro em 2000 e quatro em 2001. Conforme dito, foi o estado que, depois do Pará e ao lado de Pernambuco, registrou o maior número de mortes em conflitos rurais no ano 2001 e no período 1999-2001. Três assassinatos aconteceram em Confresa, a 1.160 km de Cuiabá, em março de 2001. Uma liderança dos trabalhadores rurais e dois trabalhadores assentados foram assassinados por pistoleiros e policiais militares. 7 Segundo o delegado responsável pelas investigações, os crimes de pistolagem ligados à disputa de terra são comuns na região e existiria uma lista com 20 nomes de pessoas marcadas para morrer na cidade. 8

TRABALHO ESCRAVO

A Comissão Pastoral da Terra registrou a presença de 136 trabalhadores em condição análoga a de escravo no ano 2000, nos municípios de Confresa e Diamantino, e a presença de 206 trabalhadores nessa condição no ano 2001, nos municípios de Nova Xavantina e Confresa. 9 Além disso, de janeiro a agosto de 2002, foram registradas a presença de 602 trabalhadores nessa condição nos municípios de Pedra Preta, Guiratinga, Confresa, Nova Mutum e Primavera do Leste. 10 Em 1999, o Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Gertraf realizou quatro operações no Mato Grosso, libertando 153 trabalhadores encontrados em situação degradante ou análoga à escravidão (parte destes foram libertados em operações realizadas na divisa entre Mato Grosso e Pará). Em 2000, foram realizadas mais quatro operações no estado, resultando na libertação de 135 trabalhadores. Em 2001, mais 301 trabalhadores foram libertados em outras nove operações. 11 Em junho de 2000, o Ministério Público do Trabalho entrou com uma ação civil pública contra proprietário da Fazenda Inajá, onde trabalhadores eram obrigados a prestar serviço sob a vigilância de seguranças armados e impedidos de deixar o local. Os empregados cumpriam longas jornadas de trabalho e sem qualquer observância das normas de segurança e medicina de trabalho. Não eram respeitados os

direitos fundamentais dos trabalhadores, como o registro em carteira de trabalho e o pagamento de salários. 1 2

LIBERDADES CIVIS E DIREITOS POLÍTICOS

No dia 30 de setembro de 2002, o empresário Sávio Brandão, dono do jornal Folha do Estado, foi assassinado em frente às obras da futura sede do jornal. Testemunhas atestam que dois homens montados em uma moto se aproximaram do local onde Brandão estava e atiraram, sendo que ele foi atingido por pelo menos quatro tiros. Ao que tudo indica, o empresário, que até pouco tempo antes andava cercado por seguranças e que chegou a confidenciar para os amigos que sua execução teria sido contratada por R\$ 100.000,00 (cem mil reais), foi vítima de um crime encomendado. Três suspeitos do crime - entre eles um cabo da polícia militar - foram presos poucos dias depois. 13 Outros oito assassinatos aconteceram em circunstâncias semelhantes a esse, depois de abordagem por moto ou emboscada, entre eles o assassinato do vereador de Várzea Grande na região metropolitana de Cuiabá, Valter Pereira. A Associação Nacional de Jornais e o relator especial para liberdade de expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos manifestaram indignação em relação ao crime e pediram às autoridades estaduais e federais uma investigação efetiva do caso. 1 4 Em maio de 2001, o Padre Nazareno Lacioli foi assassinado em Jauru, onde morava há 39 anos, desde que havia chegado da Itália, sua terra natal. Não se sabia ao certo as causas do crime. A imprensa noticiou como o resultado de um assalto, pois os autores do crime entraram na Igreja perguntando pelo cofre, antes de atirarem contra o padre. As opiniões do padre desagradavam muito os políticos locais, mas as pessoas próximas disseram que ele não as externava. Uma deputada escreveu ofício ao Ministério da Justiça solicitando providências na investigação do caso. 15 Nas eleições realizadas no dia 27 de outubro de 2002, sete municípios do estado receberam a proteção das Forças Armadas. 16

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O número de jovens, entre 15 e 24 anos, mortos por homicídio aumentou de 227 para 278 entre 1998 e 2000. O número de mortes por homicídio por 100 mil habitantes na população entre 15 e 24 anos aumentou de 45,2 em 98 para 53,2 em 2000. Um indicador da probabilidade dos jovens virem a ser mortos é a taxa de vitimização juvenil que era de 33,7 em 2000. O Mato Grosso tinha, então, a 2ª menor taxa entre todos os estados brasileiros. 17 Em relação à efetivação dos instrumentos de democracia participativa previstos no ECA, até o final do 1º semestre de 2002, 117 dos 126 municípios criaram os Conselhos Tutelares. 18 Quanto aos Conselhos Municipais de Direitos a situação era ainda melhor, porém em seis cidades não estava instalado. O Mato Grosso, entre os estados do Centro-Oeste, é aquele que mais avançou na instalação dos Conselhos (de Direito e Tutelares). Exploração Sexual No período de fevereiro de 1997 a junho de 2002, o Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infante-Juvenil registrou no Brasil um total de 3.295 denúncias de exploração sexual, das quais 25 originaram-se no Estado do Mato Grosso. Deste total, 11 foram feitas no 1º semestre de 2002. 19 Entre os anos de 2001 e 2002 foi realizada Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes, para fins de Exploração Sexual Comercial, que constatou a existência no Brasil de 172 rotas de tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial. Tinha origem no Estado do Mato Grosso uma única rota, envolvendo exclusivamente crianças e/ou adolescentes. 20 No dia 1º de dezembro de 2001, realizou-se, na Assembléia Legislativa do Mato Grosso, por iniciativa da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Cidadania, uma Audiência Pública sobre Prostituição Infantil e Violência Contra o Menor. Depoimentos concordam que a prostituição infantil é um problema seriíssimo no estado e que se manifesta de diversas formas: em prostíbulos, em fronteiras, em redes de narcotráfico, em regiões de garimpo, em ruas, no turismo sexual, através de agências de acompanhamento e etc. Caracterizou-se a existência de uma enorme rede de prostituição infantil envolvendo pessoas com grande poder local, hotéis, motéis, agências de viagens, taxistas e anúncios. 21 Nessa mesma audiência (sobre Prostituição Infantil e Violência Contra o Menor), esteve presente o pai de uma adolescente que havia sido flagrada, no dia anterior sendo explorada sexualmente. Ele deu um depoimento sobre o caso de sua filha no qual contou que resolveu investigar o que poderia estar acontecendo com sua filha por considerar que ela estava estranha havia cerca de seis meses. Desconfiava que ela poderia estar envolvida com drogas e pediu para que um rapaz lhe ajudasse. Na noite dos fatos, esse rapaz

lhe telefonou de um motel dizendo que sofria ameaças. Ele foi ao local e encontrou sua filha com um homem de cerca de 70 anos, muito poderoso e influente, que já foi Prefeito de Cuiabá, representante do Incra e de várias Secretarias de Estado. Chamou a polícia e a televisão. Devido à influência do homem, o Boletim de Ocorrência lavrado pela polícia distorceu os fatos, considerou o rapaz que ajudou o pai na investigação como seqüestrador da adolescente e nem colheu depoimento do violador. Esse é um caso exemplar de como a prostituição infantil no estado está ligada a esquemas grandes envolvendo poder e dinheiro. 22 Em algumas matérias jornalísticas encontra-se a descrição de casos muito semelhantes de prostituição infantil. Há uma espécie de corredor de tráfico de meninas para a cidade de San Mathias, na Bolívia. Nas cidades de Cárceres (a 90 quilômetros de San Mathias), Alta Floresta e Cocadilho (fronteiras e utilizadas como corredores de tráfico de drogas), as crianças e adolescentes são aliciadas e levadas para a Bolívia, onde se prostituem em boates, danceterias, chácaras e fazendas da região. Essas meninas, que normalmente vêm de ambientes familiares pobres e repletos de violência física, psicológica e sexual (por parte do pai, do padrasto, do tio ou do vizinho), são aliciadas em troca de promessas de dinheiro e consumo. Os aliciadores e agenciadores muitas vezes conhecem as meninas em bares e praças, onde as convencem de diversas formas, e inclusive chegam até a distribuir cartões. Muitas meninas passam meses na Bolívia. Ganham, em média, R\$ 50,00 por programa, dos quais R\$ 30,00 ficam com os aliciadores. Algumas voltam, às vezes, grávidas ou doentes (há casos de contração do vírus HIV). A maioria das meninas tem entre 12 e 15 anos. 23 Trabalho Infanto-Juvenil O Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente indica que em 1999 havia 82.005 crianças e adolescentes na faixa de 5 a 15 anos de idade trabalhando no Estado do Mato Grosso. Deste total, 35.729 (43,57%) trabalhavam na área urbana e 46.276 (56,43%) na rural. O Mapa aponta que esse grupo ocupava, com maior frequência, os seguintes setores: Agropecuária (37.768) e Prestação de Serviços (11.226). Ademais, 35.381 não recebiam remuneração, 20.081 eram empregados, 13.953 trabalhavam para autoconsumo e 5.782 eram domésticos. 24 Medidas Sócio-Educativas Conforme dados apresentados pelo Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Departamento da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério Justiça, o Mato Grosso tinha, em março de 2002, 60 adolescentes inseridos em medida sócio-educativa de liberdade assistida (48% do total de adolescentes em conflito com a lei). 25 Em junho do mesmo ano, havia um total de 65 (52%) jovens internados nas duas unidades do Estado. Assim, o índice de adolescentes em liberdade assistida era de 0,92. Não havia unidades para cumprimento de semiliberdade e em razão desta flagrante desobediência ao ECA nenhum adolescente estava inserido nesta medida. Quanto à internação provisória havia, no final do 1º semestre de 2002, 30 adolescentes – todos do sexo masculino –, que estavam reunidos na única unidade para cumprimento deste tipo de medida.

MULHERES

O Estado do Mato Grosso, ao lado de Mato Grosso do Sul, tem as maiores taxas de homicídio contra as mulheres na região Centro-Oeste. Há no estado um problema grave de violência intra-familiar, segundo informações das delegacias e centros de atendimento às mulheres vítimas de violência. Nesse estado, a taxa de homicídio contra as mulheres foi de 6,7 por 100 mil habitantes no ano de 2000. As mulheres representam 8,2% das vítimas dos homicídios do estado. 27 Em três Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher no Estado de Mato Grosso (que se localizam em Cuiabá, Rondópolis e Cárceres) em 1999, foram registradas 2.787 ocorrências policiais. Destas, 772 foram ameaças (27,7%), 2 homicídios (0,07%), 2 tentativas de homicídio (0,79%), 1.518 lesões corporais (54,47%) e 399 vias de fato (14,32%). Foram 19 ocorrências de crimes envolvendo violência sexual, sendo destas 12 atentados violentos ao pudor (0,43%) e 7 tentativas de estupro (0,25%). 28 O Governo do Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Segurança Pública, informa que, na Delegacia Especializada de Defesa da Mulher em Cuiabá, foram registradas 1.722 ocorrências policiais no ano 2000, das quais 352 referentes a ameaças, 7 tentativas de homicídio, 713 lesões corporais, 368 vias de fato, 23 atentados violentos ao pudor, 12 tentativas de estupro e 51 de estupro. No ano de 2001, foram registradas 1.916 ocorrências policiais, das quais 608 ameaças, 9 tentativas de homicídio, 669 lesões corporais, 333 vias de fato, 17 atentados violentos ao pudor, 20 tentativas de estupro e 53 de estupro. No período de janeiro a agosto de 2002, foram 1.296 ocorrências, das quais 505 de ameaça, 2 tentativas de homicídio, 712 lesões corporais, 188 vias de fato, 25 atentados violentos ao pudor, 5 tentativas de estupro e

34 estupro. 2 9 Segundo informações da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa, a grande maioria das agressões contra as mulheres registradas na Delegacia Especializada de Defesa da Mulher de Cuiabá tem como agressor o companheiro, ex-companheiro, esposo e ex-esposo da vítima, e são cometidas na casa da vítima ou do casal. Verificouse também o uso freqüente de drogas e álcool pelo agressor e a ausência praticamente total de atendimento médico às vítimas. 30 Em Cárceres, o Centro de Atendimento Viva Mulher, que realiza trabalho com mulheres em situação de violência, informou que todos os 252 casos atendidos desde janeiro de 2002 (quando foi inaugurado), foram de violência doméstica. 31 A Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes, para fins de Exploração Sexual Comercial, constatou a existência de uma rota de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual comercial no estado. 3 2 Em março de 2001, um caso de violência contra a mulher foi solucionado graças à realização de exames de DNA. A partir de exames do sangue encontrado no carro dos agressores, foi possível identificar e prender os responsáveis pelo assassinato de Alessandra Pedroso, morta em 12 de dezembro de 1999 na Chapada dos Guimarães. 3 3

AFRO-DESCENDENTES

A população afro-descendente (1.426.319) representa 56,95% da população do estado, proporção superior à média da região Centro-Oeste. Na população afro-descendente, 4,92% se declararam negros e 52,03% pardos. 3 4 O Governo do Estado do Mato Grosso informou que em 2001 foram registrados 29 casos de racismo.

Destes, 12 foram registrados na região metropolitana e 17 no interior. Em 23 casos as vítimas eram mulheres, sendo que em 12 deles as vítimas eram homens. Em 2002 foram registrados 3 casos de racismo. No dia 3 de abril de 2002, em uma casa noturna de Cuiabá, um universitário teria xingado, durante uma discussão, um segurança chamando-o de "preto filho da p...", "preto safado", "negro imundo, vagabundo, porcaria". Vários PMs que estavam no local, atendendo a um outro chamado da casa noturna, presenciaram o fato e testemunharam contra o universitário, que foi preso logo em seguida por crime de racismo. 35 No município de Livramento o conflito entre fazendeiros e comunidades remanescentes de quilombos acontece há mais de dez anos. Os fazendeiros ameaçavam os quilombolas de expulsá-los das terras, "utilizando recursos próprios", caso o Estado não cumprisse a ação de reintegração de posse. A ação foi cassada por uma liminar de um juiz federal, que proibiu o fazendeiro de tentar expulsar as comunidades quilombolas . 36

INDÍGENAS

O Mato Grosso 20.597 tem uma população de 7.510 indígenas, distribuídos em 27 povos indígenas. Além disso, conjuntamente com outros estados, também abriga outros 6 povos indígenas, totalizando uma população de 12.185 indígenas.37 Estima-se que tenha a quarta maior população indígena do país.38 No mais, é o estado que conta com a quarta maior proporção da população indígena do país, sendo que 1,84% da população local se declara indígena.39 O Estado tem 67 áreas indígenas, que se encontram na seguinte situação jurídica: 40

Situação	No. de Terras Indígenas
A identificar	5
Em identificação	8
Homologadas	8
Com restrição de uso	1
Registradas	43

São muitos os casos de invasão e conflitos de terra indígena nesse estado. Os indígenas Tapirapé vêm enfrentando problemas com madeireiros e posseiros que vêm invadindo constantemente suas áreas desde 1995. Em junho de 2001, eles flagraram, junto com funcionários do Ibama, um grupo de madeireiros, equipados com mantimentos, combustível,

armas e tratores, acampados dentro de área indígena. Eles iam extrair Pau Brasil e Jatobá, madeiras utilizadas para a fabricação de móveis. Muitos hectares de terras indígenas foram devastados, sendo que no lugar foi plantado capim e foi introduzido rebanho bovino. A ação das motosserras utilizadas na devastação espanta a caça, necessária à sobrevivência dos indígenas. 42 Os indígenas Enawenê-Nawê tiveram suas terras invadidas diversas vezes por garimpeiros. Só no ano de 1999, foram oito invasões. O garimpo representa, para esses indígenas, uma enorme ameaça para sua saúde, devido a possibilidade de contraírem doenças em função da pesca em águas poluídas.

Além disso, esses indígenas também têm suas terras invadidas pela atividade madeireira, por queimadas que visam a formação de pastagens e pela agroindústria da soja, o que também é extremamente poluidor do meio ambiente. 43 Cinta-Larga No dia 19 de dezembro de 2001, o indígena Carlito Kaban Cinta-Larga foi assassinado, após sofrer uma "toçã" por parte de pistoleiros, quando chegava em sua casa à noite. Esse crime está relacionado com os conflitos decorrentes da exploração ilegal de madeira na região de Aripuanã. Havia cerca de três meses que Carlito vinha denunciando ao Ministério Público Federal a extração ilegal de madeira e solicitando a intervenção da Funai, da Polícia Federal e do próprio Ministério Público. Em agosto, tinha ido pessoalmente à Cuiabá prestar depoimento e solicitar proteção ao Procurador da República e à Polícia Federal, frente às ameaças que vinha recebendo. Quando foi morto, Carlito portava em sua carteira cópias dos depoimentos prestados. Estima-se que a maior parte da madeira extraída nessa região seja oriunda de terras indígenas. A extração envolve toda uma rede de pessoas, entre elas empresários, comerciantes e políticos. O assassinato de Carlito evidencia a força desse comércio e a violência que é utilizada para que ele não seja desmontado. As investigações indicam que o crime teria sido encomendado. Logo depois da morte de Carlito, entre dezembro de 2001 e janeiro de 2002, outros dois líderes indígenas foram ameaçados e agredidos. 44 Além desses problemas com os madeireiros, os Cinta-Larga também vêm enfrentando, desde o final de 1999, a invasão de suas terras por parte de quase três mil garimpeiros em busca de diamantes. A área em que vivem, no noroeste do estado (e no sul de Rondônia), abriga uma grande reserva dessa pedra preciosa. 45

Segundo os cálculos da Polícia Federal, pelo menos duas mil pessoas transitam diariamente pelas cidades de Cacoal, Espigão D'Oeste, Pimenta Bueno, Ji-Paraná e Vilhena, em Rondônia, e pelas cidades de Juína e Aripuanã, em Mato Grosso. 46 Como consequência da permanência dos garimpeiros e dos madeireiros na área está ocorrendo uma desestruturação social do grupo. Alguns indígenas estão deixando de realizar suas atividades tradicionais, como a caça e a pesca, para se associarem aos invasores em troca de dinheiro. 47 Essas associações acontecem através das chamadas "frentes de trabalho", que são frentes de atividades ilícitas que atuam de acordo com as influências das lideranças indígenas. Diversos indígenas submetidos a uma determinada frente de trabalho participam de alguma forma das atividades ilícitas. Crianças com menos de 14 anos portam armas e possuem seus "madeireiros" ou "garimpeiros" e mulheres são muitas vezes prostituídas ou desposadas pelos controladores das atividades criminosas. 48 A situação na região é bastante complexa, sendo que comporta uma grande rede de corrupção, envolvendo garimpeiros e madeireiros, indígenas e funcionários da Funai e do Ibama. Segundo a antropóloga Maria Inês Saldanha Hargreaves, que trabalha com esses indígenas, para ser resolvida necessitaria de um plano integrado de ações consequentes por parte do governo, combinando ações policiais com ações de desintração dos invasores e um serviço de inteligência que apurasse os conflitos de interesses entre as máfias organizadas.

Isso porque após as duas tentativas de desintração do garimpo, ocorridas nos anos de 2000 e 2002, os mesmos empresários e exploradores ilegais acabaram retornando aos locais, só que ainda mais fortes e mais articulados. 49 Entre os anos de 1999 e 2002, foram muitos os casos de violência vividos pelos Cinta-Larga relacionados com essas atividades ilegais de extração de madeira e de garimpos. Foram registrados três assassinatos: o de Carlito Cinta-Larga, descrito acima, o de Casimiro Mãe Cinta Larga, ocorrido em Espigão do Oeste – RO, em 1999, e o de César Cinta-Larga, ocorrido no mesmo local no final de fevereiro de 2002. Também foram registrados três casos de mortes em estradas (ligadas ao consumo de álcool e de outras drogas), sete casos de tentativas ou ameaças de morte, dois casos de espancamento e um caso de estupro. 50 Além disso, outros problemas muito sérios também decorrem dessa situação, tais como o alcoolismo, as drogas, a prostituição e a desnutrição. 51 Uma reserva

indígena muito seriamente afetada por esse problema foi a reserva indígena Roosevelt, situada na divisa entre os dois estados. Começou a ser invadida por garimpeiros no começo de janeiro de 2001, quando foi descoberta uma jazida de diamantes no local, possivelmente a maior da América Latina. Os diamantes extraídos são enviados para o mercado europeu, principalmente para a Bélgica. Apesar de o garimpo dentro de terras indígenas ser ilegal, os garimpeiros entram nas terras indígenas com o consentimento dos próprios indígenas, que também exploram a área e lucram com o comércio, juntamente com os garimpeiros.

A polícia calcula que, no período de um ano, saíram da região cerca de 50 milhões de dólares em diamantes. Segundo dizem os garimpeiros, um intermediário estaria cobrando, desde dezembro de 2000, uma taxa de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) para liberar a garimpagem, sendo que, a partir de fevereiro de 2001, essa taxa teria sido dobrada. Além desse "pedágio", os garimpeiros afirmam terem que pagar aos indígenas mais 20% do que produzirem. Em março de 2002 foi realizada uma mega-operação conjunta entre a Funai e a Polícia Militar de Rondônia para acabar com o garimpo clandestino nessa área indígena. Duas semanas após o início da operação 2000 garimpeiros haviam sido retirados da região e já haviam sido apreendidos 400 pares de máquinas, 30 tratores, 4 caminhões, 8 toyotas, milhares de metros de mangueiras e dezenas de geradores. Ao todo, a operação durou mais de 50 dias. Ao final, 4 mil pedras de diamantes foram apreendidas, 93 garimpeiros foram presos e 155 pessoas indiciadas. 52 No entanto, logo depois de realizada a operação, a área foi novamente invadida pelos garimpeiros. Em dez anos, essa foi a quarta operação do tipo realizada. 53 Além disso, a operação resultou na prisão de quatro caciques indígenas, que ficaram encarcerados por seis dias. Esses indígenas eram os responsáveis pela intermediação entre os garimpeiros, os indígenas, o Ministério Público Federal, a Polícia Federal e outros órgãos governamentais na preparação da operação de desintrusão da área. No final do ano de 2001 foram eles os líderes que conduziram a mudança de posição dos indígenas em relação ao garimpo, o que fizeram quando perceberam que os indígenas haviam perdido o controle das atividades. Procuraram o Ministério Público Federal e em fevereiro de 2002 entregaram um documento no qual pediam a paralisação do garimpo e se comprometiam a apoiar a retirada dos garimpeiros e de suas máquinas.

Aceitaram, então, a missão de fazerem um acordo com os garimpeiros e depois rompê-lo, como parte da tática da operação. Suas prisões durante a realização da operação atrapalharam, assim, a estratégia montada pelo Ministério Público. 54 Reunidos em Assembléia em Cacoal-RO, entre os dias 14 e 16 de junho de 2002, lideranças de diversas terras indígenas Cinta-Larga decidiram que os próprios indígenas querem cuidar da exploração mineral em suas terras e da preservação ambiental. Querem fazer isso com a ajuda de assistência técnica do Ibama, da Funai e de ONGs, mas de forma independente e com autonomia de decisão. "Nem empresas, nem garimpeiros", foi o que expressaram. Quase três meses após a desintrusão do garimpo Roosevelt, são eles que fazem a guarda da área para evitar novas ocupações. Sendo assim, acreditam estarem preparados para cuidarem autonomamente da região. 55 Violências Outra vítima fatal dos conflitos com os madeireiros no estado foi um jovem indígena Nanbikwara de 19 anos. Ele foi assassinado no dia 23 de maio de 2000 em um confronto a tiros com madeireiros no Vale do Guaporé. 56 O conflito com os madeireiros, resultante do comércio ilegal de madeiras, é muito antigo e muito sério no estado. Em 1997, após a ocorrência de genocídio sofrido por indígenas Nanbikwara da região, a Funai e a Polícia Federal realizaram uma operação, que retirou milhares de madeireiros e garimpeiros que exploravam ilegalmente a terra indígena de Sararé, na mesma região do Vale do Guaporé. Nessa operação, foi descoberta a existência de uma cidade de lona no local, que contava com restaurantes, mercearias, lojas de roupas, bares, farmácia, motéis e bordeis. Ao menos 6 mil garimpeiros viviam nas cerca de 500 barracas existentes.

Eles haviam sido atraídos para a região devido a notícias de existência de ouro na região. No entanto, logo depois de realizada essa operação, os garimpeiros tornaram a voltar para a região. 57 Não obstante, ainda hoje, depois de realizada a "Operação Sararé" e algumas outras tentativas de retirada dos garimpeiros, os conflitos ainda são muitos e horríveis, sendo que o caso narrado acima apenas exemplifica a brutalidade da situação. Os Xavantes têm passado por difíceis situações de sobrevivência. Enfrentam, principalmente, graves situações de saúde. A taxa de mortalidade infantil dos Xavantes é muito mais alta do que a média nacional, sendo que, em muitos casos, as mortes são resultados de más condições sanitárias,

de águas poluídas e de doenças facilmente curáveis, tais como doenças gastrointestinais e infecção respiratória.

Há um grande acúmulo, nas proximidades da aldeia, de materiais fecais e de lixos, que contém materiais tóxicos (tais como pilhas) e outros materiais que não decompõe rapidamente, além do lixo orgânico tradicional. Como resultado da mudança da dieta desses indígenas, e da introdução nessa dieta de açúcar e álcool, está também a grande incidência de diabetes. Além disso, outras doenças também muito presentes são o fogo selvagem (pênfigo foliáceo) e a tuberculose, ambas dependentes de um longo e persistente acompanhamento médico, coisa que os Xavantes não têm. 5 8 Em novembro de 2000, notificou-se a existência de casos de catapora entre os indígenas Cinta-Larga e Rikbaktsa. Pelo menos 50 indígenas Rikbaktsa foram contaminados pela doença, sendo que um indígena faleceu em decorrência disso. Para os povos indígenas, devido ao alto grau de contaminação e à baixa imunidade biológica, a catapora representa um grande risco. Os indígenas idosos são as maiores vítimas. 59 Acesso à Justiça Em 6 de abril de 1987 Vicente Canhas, um missionário espanhol defensor dos direitos indígenas, que atuava junto aos Enawenê Nawê, foi brutalmente assassinado a golpes de porrete. O crime teve longa investigação. Só o inquérito policial teve seis anos de duração. Finalmente, em dezembro de 2001 a justiça decidiu pela pronúncia de quatro dos sete acusados do crime: um latifundiário, um ex-delegado e dois pistoleiros. 60 Boas Práticas Os indígenas do Parque do Xingu, assessorados pelo Instituto Sócio-Ambiental (ISA), desenvolveram o projeto "artesanato do Xingu", um projeto de produção de objetos da cultura material como um meio alternativo de geração de renda. Foi criada a Associação Terra Indígena Xingu (Atix), que passou a ser responsável pela organização dos trabalhos, bem como pelo intermédio da comercialização dos produtos, que têm destinação em lojas especializadas em grandes cidades do país, tais como São Paulo, por exemplo.

A sustentabilidade, o manejo e a conservação dos recursos naturais são considerados no processo. 6 1 Nesse mesmo caminho de busca de alternativas econômicas sustentáveis de sobrevivência, os indígenas do Xingu, apoiados pelo ISA e pela Associação Paulista de Apicultores (Apacame), também desenvolvem um projeto de apicultura racional. O projeto consiste no incentivo ao começo da produção de mel. Subsidia os apiários das aldeias até alcançarem seis colméias. A partir daí, até o apiário alcança dez colméias, os recursos são provenientes em parte do projeto e em parte da própria produção já existente. Depois disso, a aldeia assume integralmente o seu apiário. Há uma estrutura cooperativista, vinculada à Atix, que tem como encargo a comercialização do produto. Em maio de 2000, quatro etnias envolvidas no projeto conseguiram que seu mel ganhasse certificado para exportação. 6 2

IDOSOS

O Mato Grosso tinha, em 2000, uma população de 144.318 idosos.⁶³ No Centro Oeste, foi o estado onde a população de idosos registrou crescimento mais acelerado, passando de 4,3% da população em 1991 para 5,8% no ano 2000. MIGRANTES A população de migrantes (279.783) representa 11,17% da população do estado do Mato Grosso.⁶⁴ É a unidade da federação com a segunda maior população de migrantes na Região Centro-Oeste, proporcionalmente à população, menor apenas que a do Distrito Federal.

GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS E TRANSEXUAIS

Em 2000, foram registrados 11 homicídios homofóbicos, tendo sido 9 contra gays e 2 contra travestis.

1 Waiselfisz; J.J. Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH; 2002).

2 Ofício do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil-Mato Grosso e do Presidente da Subseção de Rondonópolis ao Ministro da Justiça José Gregori, datado de 16 de abril de 2001.

3 Rodley, Nigel, Relatório sobre a Tortura no Brasil. Disponível no web-site da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (www.mj.gov.br/sedh) e da ONG Justiça Global (www.global.org.br). 4 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional (www.mj.gov.br/Depen/default.htm).

5 Comissão Permanente de Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa de Mato Grosso, Os Direitos Humanos em Mato Grosso – Relatório 2000, p. 104- 110; e Rodley, Nigel, Relatório sobre a Tortura no Brasil. Disponível no web-site da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (www.mj.gov.br/sedh) e da ONG Justiça Global (www.global.org.br).

6 Comissão Permanente de Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa de Mato Grosso, Os Direitos Humanos em Mato Grosso – Relatório 2000, p. 92- 104. Colaboraram na elaboração do relatório o Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade e o Centro de Direitos Humanos Dom Maximo Biènnes.

7 Comissão Pastoral da Terra, Conflitos no Campo – Brasil 1999, Conflitos no Campo – Brasil 2000 e Conflitos no Campo – Brasil 2001. Dados de janeiro a agosto de 2002 disponíveis no web-site da Comissão (www.cptnac.com.br).

8 Diário Popular, 4 de março de 2001.

9 Comissão Pastoral da Terra, Conflitos no Campo – Brasil 1999, Conflitos no Campo – Brasil 2000 e Conflitos no Campo – Brasil 2001. Dados de janeiro a agosto de 2002 disponíveis no web-site da Comissão (www.cptnac.com.br).

1 0 Idem.

1 1 Ministério do Trabalho e Emprego, A Experiência do Grupo Especial de Fiscalização Móvel 2002.

1 2 Ministério Público do Trabalho, Relatório de Atividades 2001 – Trabalho Escravo/Forçado.

13 Diário de Cuiabá, 01 de outubro de 2002 e 03 de outubro de 2002, "Pistoleiros matam Sávio Brandão", "OAB nacional se manifesta sobre a execução de Sávio Brandão" e "Polícia Civil prende pistoleiro que teria matado Sávio Brandão".

14 Folha de São Paulo, 02 de outubro de 2002, "Governo de MT vai apurar crimes de pistolagem"; O Estado de S. Paulo, 03 de outubro de 2002 e 05 de outubro 2002, "Mato Grosso quer força-tarefa contra o crime" e "Cabo da PM é acusado de matar dono de jornal".

15 Material recebido do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – Ministério da Justiça.

16 Agência Estado, 27 de outubro de 2002, "Forças Armadas atuam em 149 municípios, sem incidentes até agora" (www.estadao.org.br).

1 7 Waiselfisz, J.J. Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002). A taxa de vitimização juvenil por homicídios é a relação entre a taxa de óbitos por homicídio de jovens de 15 a 24 anos e as taxas de homicídio na população total. Quanto maior a taxa de vitimização, maior é a concentração de homicídios na população jovem. Quando a taxa é zero ou próxima a este valor, os homicídios atingem na mesma proporção os jovens e os demais grupos da população.

1 8 Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca).

1 9 ABRAPIA - Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil (www.abrapia.org.br). Conforme descrito na introdução geral, o conceito de exploração sexual infanto-juvenil abrange: abuso sexual (intra-familiar e extra-familiar) e exploração sexual comercial (compreendendo o tráfico para fins sexuais, a prostituição, o turismo sexual e a pornografia).

2 0 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, Relatório Nacional - Pesquisa Sobre tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial (Brasília: CECRIA, 2002).

21 Mato Grosso, Assembléia Legislativa, Comissão Permanente de Direitos Humanos e Cidadania. 2001. Os Direitos Humanos em Mato Grosso – Relatório 2000. p. 45-79.

2 2 Idem, p. 70-73.

2 3 Diário de Cuiabá, 22 de maio de 2000, "O corredor do tráfico de mulheres", "Exploração sexual começa em casa"; 23 de maio de 2000, "Prostituição Infantil"; 9 de junho de 2000 "Dono de boate é preso por prostituição de menores"; 1º de fevereiro de 2002, "Alto Araguaia registra alto índice de prostituição infantil" e 30 de junho de 2002, "Aliciadores ficam em bares e boates distribuindo cartões"; "Prisão na barreira do Limão em maio evidenciou esquema", "Recrutamento para a Europa ainda é incógnita".

2 4 Ministério do Trabalho e Emprego, Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente (Brasília: MTE, 2001), p 28. O Mapa traz, ainda, as atividades desenvolvidas pelas crianças e adolescentes conforme o Estado. No Mato Grosso foi constatado o trabalho de pessoas entre 5 e 15 anos nas atividades de: Cultura de Algodão; Extração Vegetal; e Serviços (de Rua; Diversos; em Cerâmicas e Olarias; e em Madeireiras e Serrarias).

2 5 Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca). Na construção da última porcentagem indicada foram considerados apenas os adolescentes inseridos nas medidas de internação, semiliberdade e liberdade assistida. Desconsiderou-se as demais medidas (advertência, obrigação de reparar o dano e prestação de serviço à comunidade) uma vez que a fonte de dados fazia referência àquelas medidas mais gravosas.

26 Este índice foi obtido a partir do resultado da divisão do número total de adolescentes em liberdade assistida pelo número total de inseridos em medidas em meio fechado (assim consideradas internação e semiliberdade). Quanto maior o índice, maior também a aplicação no Estado da medida em meio aberto em comparação ao número de adolescentes privados, parcial ou totalmente, de liberdade.

2 7 Waiselfisz, J.J. Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002).

2 8 Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - Pesquisa Nacional sobre as Condições de Funcionamento das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres. Relatório da pesquisa disponível no web-site da entidade(www.mj.gov.br/sedh/cndm).

2 9 Governo do Estado de Mato Grosso, relatório enviado à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.

30 Assembléia Legislativa do Mato Grosso, Comissão Permanente de Direitos Humanos e Cidadania. Relatório de Direitos Humanos 2000.

31 Não há documento escrito. Informações obtidas por conversa telefônica com o Centro.

3 2 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, Pesquisa Sobre tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial (Brasília: CECRIA, 2002).

3 3 Diário de Cuiabá, 30 de março de 2001, "Resultado de exame de DNA esclarece desaparecimento de Alessandra em Chapada". 34 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

3 5 Jornal UOL – Brasil, 04 de abril de 2002

36 Diário de Cuiabá, 28 de agosto de 2002.

37 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org). Esses indígenas, que vivem no Mato Grosso e em outros estados, estão distribuídos da seguinte forma: junto com o Pará há três povos, somando um total de 7.508 indígenas; junto com Rondônia há dois povos, somando um total de 2177 indígenas; e junto com o Tocantins e o Pará há um povo com 2.500 indígenas.

38 Conselho Indigenista Missionário (www.cimi.org.br) que informa ter esse estado uma população de 23.850 indígenas.

3 9 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

4 0 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org). Dados atualizados em 3 de outubro de 2002 (com exceção das informações de Terras Indígenas declaradas, atualizadas em 8 de agosto de 2002).

4 1 Uma delas em conjunto com o estado do Pará.

4 2 Conselho Indigenista Missionário - CIMI, Informe n.º 475, de 23 de agosto de 2001.

4 3 ISA, Os Povos Indígenas no Brasil 1996-2000, p. 616-617 (Opan, julho/00, "As ameaças aos Enawên-Nawê", Pedro Henrique Passos, e A Gazeta, 30 de setembro de 1999, "Invasão de garimpeiros").

44 Dados retirados de "dossiê" enviado pelo ISA e retirados do site da OPAN (www.opan.org.br): "Índio Cinta-Larga foi morto a mando de intermediários", de 27 de dezembro de 2001, "Exploração ilegal de madeira faz vítima no MT", de 24 de dezembro de 2001, e "Mais um massacre contra os indígenas no Mato Grosso", de 28 de dezembro de 2001.

45 Conselho Indigenista Missionário - CIMI, Informe n.º 505, de 28 de março de 2002.

4 6 O Estado de São Paulo, 10 de março de 2002, "Garimpo ilegal dos Cintas Largas: pode ser o fim".

4 7 Conselho Indigenista Missionário - CIMI, Informe n.º 505, de 28 de março de 2002.

4 8 Dados retirados de "dossiê" enviado pelo ISA.

4 9 Idem.

5 0 Idem.

5 1 Conselho Indigenista Missionário, Informe n.º 505, de 28 de março de 2002.

52 Dados retirados de "dossiê" enviado pelo Instituto Sócio-Ambiental.

5 3 Conselho Indigenista Missionário , Informe n.º 505, de 28 de março de 2002.

5 4 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org), em artigo intitulado "Operação de retirada de garimpeiros em terras dos Cinta-Larga resultou na prisão de quatro índios", 26 de abril de 2002.

5 5 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org), em artigo intitulado "Índios Cinta-Larga realizam assembléia e querem autonomia em relação ao garimpo", 16 de junho de 2002.

5 6 Conselho Indigenista Missionário , Informe n.º 412, de 25 de maio de 2000.

5 7 Conselho Indigenista Missionário, Informe n.º 412, de 25 de maio de 2000; e ISA, Os Povos Indígenas no Brasil 1996-2000, p. 624 ("Em três meses, garimpeiros levantam uma cidade dentro da TI" e "Tudo como antes", Diário de Cuiabá, 20/03/97).

5 8 ISA, Os Povos Indígenas no Brasil 1996-2000, p. 693-697 ("Os Xavantes na cena pública", Laura Graham).

5 9 Conselho Indigenista Missionário, Informe n.º 438, de 23 de novembro de 2000.

6 0 Conselho Indigenista Missionário, Informe n.º 491, de 12 de dezembro de 2001.

6 1 Instituto Sócio-Ambiental , Os Povos Indígenas no Brasil 1996-2000, p. 649-50 ("Novos rumos para a arte indígena do Parque do Xingu").

6 2 Instituto Sócio-Ambiental, Os Povos Indígenas no Brasil 1996-2000, p. 655 (Gazeta Mercantil – MT, 05 de maio de 2000, "Mel certificado", André Villas Boas e Wemerson Ballester, junho/2000, e "Mel do Xingu ganha certificado de exportação").

63 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br)

6 4 Item.

6 5 Mott, Luiz e Marcelo Cerqueira, Causa Mortis: Homofobia. Violação dos Direitos Humanos e Assassinato de Homossexuais no Brasil – 2000 (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2001) e Mott, Luiz, Marcelo Cerqueira e Cláudio Almeida. O Crime Anti-Homossexual no Brasil. Editora Grupo Gay da Bahia - 2001 (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2002).

MATO GROSSO DO SUL

O Estado do Mato Grosso do Sul, situado no sul da Região Centro-Oeste, faz divisa com os estados de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná, e com Paraguai e Bolívia. O Pantanal cobre o extremo oeste do Estado. A economia se baseia na agricultura (soja, milho, algodão, arroz, cana-de-açúcar), pecuária, mineração (ferro, manganês, calcário), e na indústria (alimentícia, de cimento, de mineração). O estado foi criado a partir da divisão do Mato Grosso, em 1977. O primeiro governador tomou posse em 1979. A primeira eleição aconteceu em 1982. O estado tem 15,9% da população vivendo em áreas rurais e a maior população indígena do Centro- Oeste. Registra problemas graves de trabalhadores em situação de escravidão, conflitos no campo e conflitos por terras indígenas. Entre 1999 e 2001, foi o estado da Região Centro-Oeste que registrou o maior número de conflitos rurais. Uma boa parte da população dos indígenas Guaranis-Kaiowás que o habita enfrenta problemas e conflitos em decorrência da luta pela terra. Há muitos acampamentos em áreas ocupadas por fazendeiros e que ainda não foram reconhecidas como suas. A relação estabelecida é muito conflituosa e violenta, sendo que há registros de casos de mortes, agressões, estupros e outras violências ocorridas nos últimos anos. O Mato Grosso do Sul é o estado com a maior

taxa de homicídio contra mulheres da região. Em 2000, a taxa de homicídios contra as mulheres foi de 6,8 por 100 mil habitantes, sendo as mulheres vítimas de 11,1% dos homicídios do estado. 1

VIOLÊNCIA

POLICIAL, EXECUÇÕES, TORTURAS

O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana recebeu em 2001 denúncias de ameaças e de atentado praticado contra o prefeito do município do Novo Mundo, que sucedeu a prefeita Dorcelina Oliveira Flor, assassinada ao denunciar esquema de corrupção na região em 1999. 2 Em visita ao Brasil, no ano de 2000, o Relator Especial da Organização das Nações Unidas para a Tortura, Nigel Rodley, registrou em seu relatório um caso de tortura e outros tratamentos cruéis no Mato Grosso do Sul, relativo ao espancamento de um caminhoneiro acusado de furto de combustível em uma delegacia de Dracena. 3

SISTEMA PENITENCIÁRIO

São dezoito os estabelecimentos penitenciários no estado, destes dezesseis são unidades penitenciárias. O número total de vagas é de 2.199. Não há vagas em unidades da polícia, mas se encontram presos nessas unidades 1.300 detentos. O número total da população carcerária atingiu 4.435 detentos. Há problema de superlotação. 4

VIOLÊNCIA RURAL

Apesar do Mato Grosso do Sul ser o estado da Região Centro-Oeste que registrou o maior número de conflitos rurais entre 1999 e 2001, os conflitos diminuíram significativamente, passando de 98 em 1999 para 37 em 2001. O número de pessoas envolvidas em conflitos também caiu, de 64.775 em 1999 para 12.135 em 2001. No entanto, assim como no Mato Grosso, o número de mortes em decorrência dos conflitos aumentou. Em 1999, não houve mortes. Em 2000, aconteceram três mortes. Em 2001, outras três. 5 No dia 21 de abril de 2001, um líder do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) recebeu o telefonema de um suposto jornalista, pedindo uma entrevista, e combinando um encontro no acampamento Alto da Serra. Logo em seguida, o suposto jornalista ligou novamente, desmarcando a entrevista. Nesse dia, o líder do STR saiu de casa com seu carro, sua esposa e dois colegas do sindicato. Foram atacados por disparos de policiais civis. O líder do STR morreu e um dos seus colegas foi ferido no braço. A Polícia explicou o ocorrido dizendo que o falecido era foragido da Justiça de São Paulo, onde respondia a quatro processos por crime de homicídio, e que os tiros teriam sido disparados em razão de nova tentativa de fuga. Já a esposa do líder do STR disse que houve uma emboscada para assassiná-lo. 6

TRABALHO ESCRAVO

Em 2001, a Comissão Pastoral da Terra registrou a ocorrência de 180 trabalhadores em condição análoga a de escravo, no município de Costa Rica. 7 O Ministério Público do Trabalho investiga a denúncia de trabalho em regime semelhante à escravidão em carvoarias de Água Clara e Costa Rica. 8

CIVIS E DIREITOS POLÍTICOS

Dias antes do segundo turno da eleição estadual de 2002, o corregedor regional da Justiça Eleitoral de Mato Grosso do Sul determinou o afastamento do Comandante da Polícia Militar, Coronel José Ivan de Almeida, após a imprensa ter revelado que ele utilizou o serviço de comunicação da corporação para chamar os oficiais para um evento em favor da reeleição do governador do Estado, Zeca do PT. Como consequência dessa situação, com o objetivo de garantir a segurança da eleição, o Tribunal Regional Federal aprovou o envio de tropas federais a sete municípios do Estado. Após a realização das eleições, o governador o reconduziu ao comando geral da Polícia Militar. 9

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O número de jovens, entre 15 e 24 anos, mortos por homicídio aumentou de 201 para 213 entre 1998 e 2000. O número de mortes por homicídio por 100 mil habitantes na população entre 15 e 24 anos aumentou de 50,3 em 98 para 51,6 em 2000. Um indicador da probabilidade dos jovens virem a ser mortos é a taxa de vitimização juvenil que era de 66,6 em 2000, que é bem inferior à taxa nacional de vitimização juvenil de 92,7. 1 0 Em relação à efetivação dos instrumentos de democracia participativa previstos no ECA, até o final do 1º semestre de 2002, 69 dos 77 municípios contavam com os Conselhos Tutelares. Quanto aos Conselhos Municipais de Direitos a situação era melhor, contudo restava ainda ser instalado em quatro das cidades. 11

Exploração Sexual No período de fevereiro de 1997 a junho de 2002, o Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil registrou no Brasil um total de 3.295 denúncias de exploração sexual, das quais 38 originaram-se no Estado do Mato Grosso do Sul. Deste total, oito foram feitas no 1º semestre de 2002. Considerando o período de jan/2000 a dez/2001, em que houve no Brasil, através do Sistema, 80 denúncias de turismo sexual, uma era do Mato Grosso do Sul. 12

Entre os anos de 2001 e 2002 foi realizada Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial, que constatou a existência no Brasil de 172 rotas de tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial. Tinham sua origem no Mato Grosso do Sul quatro rotas, sendo que duas delas também envolviam mulheres com idade superior a 18 anos. 13

Trabalho Infanto-Juvenil O Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente indica que em 1999 havia 51.431 crianças e adolescentes na faixa de 5 a 15 anos de idade trabalhando no Estado do Mato Grosso do Sul. Deste total, 27.642 (53,75%) trabalhavam na área urbana e 23.789 (46,25%) na rural. O Mapa aponta que esse grupo ocupava, com maior frequência, os seguintes setores: Agropecuária (30.220) e Prestação de Serviços (6.747). Ademais, 20.894 não recebiam remuneração, 11.253 eram empregados, 11.251 trabalhavam para auto-consumo e 3.855 eram domésticos. 1 4

No Mato Grosso do Sul, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) foi implantado inicialmente em 14 municípios no ano de 1996, sendo que à época atendia 1.500 crianças e adolescentes. No final de 2001, 75 dos 77 municípios do Estado atendiam a 28 mil pessoas com idade até quatorze anos que exerciam atividade laborativa. O PETI do Mato Grosso do Sul integra as ações do programa com a família e as iniciativas dos municípios. O Programa além de oferecer bolsas, garante reforço escolar e alimentar, atividades culturais e práticas esportivas. Os beneficiários por sua vez devem freqüentar regularmente a escola formal e participar da Jornada Ampliada. O Estado, que se destacou pela erradicação do uso de mão-de-obra de crianças e adolescentes nas suas carvoarias, tem como melhor exemplo a cidade de Três Lagoas. Ela se tornou, em 2001, também uma referência para outras cidades brasileiras, depois dos bem sucedidos resultados para erradicação do trabalho infanto-juvenil. Ao município foi conferido, pela Fundação Getúlio Vargas e Fundação Ford, o certificado de Gestão Pública e Cidadania. Medidas Sócio-Educativas Conforme dados apresentados pelo Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Departamento da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério Justiça, o Mato Grosso do Sul tinha, em março de 2002, 150 adolescentes inseridos em medida sócio-educativa de liberdade assistida (45,45% do total de adolescentes em conflito com a lei). 1 5

Em junho do mesmo ano, havia um total de 180 (54,55%) jovens internados nas 7 unidades do Estado, sendo 156 do sexo masculino e 24 do feminino. Assim, o índice de adolescentes em liberdade assistida era de 0,831 6. Não havia unidades para cumprimento de semiliberdade e internação provisória e, segundo os dados, nenhum adolescente estava inserido nestas medidas.

MULHERES

A Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes, para fins de Exploração Sexual Comercial, constatou a existência de três rotas de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual comercial no estado, sendo que duas destas rotas também envolviam crianças e adolescentes. 17

O estado conta atualmente com Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher em nove municípios. Em quatro delas, foram registradas, em 1999, 5.651 ocorrências policiais. Destas, 2.134 foram ameaças (37,76%), 7 tentativas de homicídio (0,12%), 1.933 lesões corporais (34,21%), 71 maus tratos (1,26%), 764 vias de fato (13,52%) e um seqüestro e cárcere privado (0,02%). Foram 285 ocorrências de violência sexual, sendo 142 estupros (2,51%), 114 atentados violentos ao pudor (2,02%) e 30

tentativas de estupro (0,53%). 1 8 Em 2000, somente na capital, Campo Grande, foram registrados 105 estupros e 210 atentados violentos ao pudor. Em 2001, houve redução, sendo registradas 85 ocorrências de estupro e 118 de atentado violento ao pudor. 1 9 A Secretaria de Assistência Social, Cidadania e Trabalho do Governo do Estado, por meio da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Mulher, tem um programa de prevenção e combate à violência contra a Mulher. O programa visa à implementação de delegacias especializadas de atendimento à mulher, centros de atendimentos às mulheres em situação de violência e da Defensoria Pública de Defesa da Mulher. As cidades que abrangem o programa são: Campo Grande, Três Lagoas, Corumbá, Ponta Porã e Dourados. 2 0 O Centro de Atendimento à Mulher em situação de violência "Cuña Mabarete" (Mulher Forte) trabalha orientando, informando e encaminhando para outros serviços (saúde, educação e profissionalizante) as mulheres em situação de violência e atua exclusivamente na cidade de Campo Grande. 21

O estado ainda conta com um serviço de atendimento telefônico, o S.O.S. Mulher, que orienta e encaminha a mulher vítima de violência, além de esclarecer informações sobre serviços públicos disponíveis em outras áreas, tais como trabalho, saúde, Aids, segurança e cidadania. Este serviço abrange 77 municípios do estado. 2 2 A Procuradoria Geral da Defensoria Pública publicou a resolução de nº 060/99, em 28 de janeiro de 1999, criando a Defensoria Pública de Atendimento à Mulher com objetivo de atender mulheres em situação de violência. 2 3 O Ministério Público do Estado recorreu ao Superior Tribunal de Justiça contra tese da defesa da honra aplicada em Mato Grosso do Sul. 2 4 O Superior Tribunal de Justiça reconheceu por maioria de votos que o processo de Joécio da Silva, que assassinou Alayde Marciana Sampaio, em Mato Grosso do Sul, deve ser submetido a novo júri popular. Joécio da Silva foi absolvido, em júri popular, sob a tese de legítima defesa da honra, o que foi posteriormente ratificado pelo Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul. O Ministério Público Estadual apelou da sentença absolutória defendendo, dentre outras teses, a de que a "legítima defesa da honra já está banida pela jurisprudência, especialmente quando não há, como neste caso, nenhum fato que a sustente". O processo seguiu para o Superior Tribunal de Justiça. Forte pressão feita pelo do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e pelo movimento de mulheres ajudou a alterar o destino do caso, que foi encaminhado para novo julgamento.

AFRO-DESCENDENTES

A população afro-descendente (918.651) representa 44,21% da população do estado, proporção inferior à média da Região Centro-Oeste. Na população afrodescendente, 3,08% se declararam negros e 41,12% pardos. 2 5 A Defensoria Pública do Mato Grosso do Sul recebeu duas denúncias de casos de discriminação. Um deles, em que um taxista foi agredido e discriminado pelo gerente da empresa para qual prestava serviço, está sendo acompanhado pelo Conselho de Defesa dos Direitos Humanos. No outro, uma funcionária pública sofreu discriminação racial ao solicitar vistas dos autos em um cartório no Fórum de Campo Grande. 2 6 O Instituto Casa da Cultura Afro-Brasileira coordena a execução do projeto SOS Racismo no Mato Grosso do Sul, com apoio da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, desde outubro de 2000. Além de atender denúncia, o SOS Racismo presta assistência jurídica, social e psicológica às vítimas de discriminação e violência. Atende não apenas a população afro-descendente, mas também mulheres, homossexuais, indígenas, migrantes e imigrantes. O Instituto tem sede em Campo Grande, mas tem pólos no interior do Estado, nas cidades de Corumbá, Parnaíba e Dourados. Mantém parceria com o Conselho Municipal de Desenvolvimento e Defesa do Negro em Corumbá, o Congresso Nacional Afro- Brasileiro em Corumbá, a Ordem dos Advogados do Brasil-Seção Mato Grosso do Sul, o Fórum das Entidades do Movimento Negro e o Núcleo de Combate à Discriminação no Emprego e na profissão do Ministério do Trabalho e do Emprego.

INDÍGENAS

O Mato Grosso do Sul tem uma população de pelo menos 17.855 indígenas, distribuídos em 6 povos indígenas. Além disso, abriga também indígenas Guaranis e Kaingangs.²⁷ Estima-se que tenha a segunda maior população indígena do país, perdendo somente para o Estado do Amazonas.²⁸ Além disso, é o Estado que conta com a terceira maior proporção da população

indígena do país, sendo que 2,91% da população local se declara indígena. 29 O Estado tem 42 áreas indígenas, que se encontram na seguinte situação jurídica:

Situação	No. de Terras Indígenas
A identificar	1
Em identificação	5
Identificadas / Aprovadas pela Funai	2
Declaradas	5
Homologadas	5
Reservadas	3
Registradas	21

A maioria dos conflitos indígenas neste estado é desdobramento de um fato em comum: a expulsão dos Guarani-Kaiowá de seus territórios tradicionais. Até a década de 1970, esses indígenas reagiam às invasões de seus territórios escondendo-se nas matas existentes. A partir de então, como decorrência de algumas mudanças que aconteceram, eles começaram a se organizar, visando a retomada das suas terras tradicionais. Nos anos 80, obtiveram um certo êxito na manutenção de três comunidades em terras tradicionalmente ocupadas, o que levou outros fazendeiros locais a começarem expulsarem os indígenas de suas terras, com medo de perdê-las. No entanto, os indígenas se organizaram cada vez mais, até que conseguiram que a Funai formasse um Grupo Técnico de Identificação de Terras Indígenas. Os laudos antropológicos produzidos por esse Grupo reforçaram nos Guaranis a legitimidade de suas reivindicação e seu direito à terra. Como a Funai tem tido muito poucas ações concretas no sentido de re-estruturar as áreas permitindo que voltem a suas terras de origem, eles passaram a encaminhar suas próprias soluções para o problema: a retomada de suas terras através de entradas. 31

Entradas é o termo que utilizam para designar esse movimento de adentramento nas terras que consideram suas.³² Os conflitos e violações descritos abaixo estão quase totalmente dentro desse contexto. Diferentes grupos Guaranis realizam diferentes entradas em diferentes territórios, cada qual com seu conflito próprio. Em comum há o histórico descrito acima e os cerca de 29 mil indígenas que sofrem em viver longe de seu modo de vida tradicional. 33 Cerro Marangatu O conflito mais atual e exemplar é o conflito situado na terra de Cerro Marangatu, situada no município de Antonio João, a 481 km de Campo Grande, onde cerca de 500 indígenas Guarani-Kaiowá ocupam uma área de 9.300 hectares desde 1998. Em 1950, foram expulsos desta terra, que consideram um lugar sagrado, quando um fazendeiro a invadiu de uma forma extremamente violenta, inclusive matando cerca de 20 indígenas. Desde então, tentam retomar a terra. A legitimidade de sua reivindicação foi reconhecida pelos membros do Conselho Pastoral do Regional Oeste 1 da CNBB, que escreveu um apelo ao Ministério da Justiça pedindo o reconhecimento dessa terra indígena. 3 4 Em 29 de março de 2001 essa terra foi identificada e aprovada pela Funai.³⁵ Em janeiro de 2002, o fazendeiro que ocupa a terra conseguiu uma liminar de reintegração de posse da área na justiça. O processo se desenrolou, desde então, na justiça, sendo marcados por autorizações de permanências na área e liminares de reintegração de posse.

Não obstante, duas importantes vitórias foram conseguidas pelos indígenas nos últimos meses: no dia 20 de maio de 2002, a justiça federal cassou a liminar que estava impedindo o procedimento da demarcação da terra; e no dia 28 de maio a justiça federal determinou a extinção sem julgamento do mérito da ação de reintegração de posse proposta pelos fazendeiros, por entender que os Guarani-Kaiowá tem direitos originários sobre a terra e que o fato dela ainda não ter sido demarcada não pode ser alegado para impedir a posse permanente que eles têm. Os títulos de propriedade apresentados pelos fazendeiros foram considerados nulos. 36 Violências No dia 25 de junho de 2000, um bebê indígena de 11 meses de idade faleceu durante um ataque ao acampamento indígena da comunidade Guyra Roca, em Porto Cambira, município de Caarapó. O menino morreu em decorrência de ter caído do

colo de sua mãe quando ela corria para se proteger dos tiros disparados por pistoleiros durante um ataque ao acampamento indígena.

Segundo relataram os indígenas, enquanto estavam acampados nessa terra, pistoleiros entravam no acampamento durante a noite disparando tiros e amedrontando os indígenas. O acampamento fazia parte da tentativa dos Guarani-Kaiová de retomada de territórios indígenas e ficava ao lado da fazenda de um deputado influente na região. Os indígenas foram impedidos por ele de enterrar o menino em um cemitério indígena existente dentro dessa fazenda. 37 Outra vítima de violência fatal foi o indígena Guarani-Kaiová Avapcarendy, assassinado uma emboscada ocorrida durante a retomada da terra Ka'ajari no dia 26 de março de 2001. Neste dia, cerca de 150 indígenas, incluindo crianças, foram recebidos à bala quando se preparavam, pela terceira vez, para retomar essas terras, invadidas por fazendeiros. Duas índias desapareceram. A polícia acredita que o assassinato de Avapcarendy teria sido planejado pelos fazendeiros da região. Para o Conselho Indigenista Missionário, o arsenal encontrado pela polícia (incluindo armas, explosivos e uma caminhonete) seria motivo para investigação, por parte da Polícia, de formação de quadrilha, milícia particular e aquisição de armas com o objetivo de reprimir ações de ocupações de terra. 38 Além disso, outros casos de violência também aconteceram nesse Estado.

Em 14 de janeiro de 2000, os Guarani-Kaiová da comunidade indígena Potrero Guasu foram atacados por cerca de 50 homens, com uniformes de policiais do Exército, entraram atirando no local, visando expulsar os indígenas de lá. Pelo menos quatro índias foram estupradas, cinco crianças foram feridas e 25 ocas foram queimadas. A estrada de acesso à comunidade foi bloqueada pelos fazendeiros para impedir ajuda. Até outubro de 2000, os agressores ainda não haviam sido punidos. 39 Depois disso, em 5 de agosto de 2000, dois indígenas Guarani-Kaiová do acampamento de Arroio Corá, na mesma região, foram baleados no peito e ficaram internados em situação grave. O crime foi cometido por um capataz da fazenda local que, embora tenha sido detido na hora do delito pelos indígenas, não foi preso pela polícia. 40 Nessa área, se desenrolam de inúmeros outros conflitos. Os indígenas estavam acampados desde setembro de 1999, na tentativa de voltar para suas terras. Em 1983, foram expulsos de lá por fazendeiros e passaram a viver nas periferias das cidades, morando embaixo de pontes, pedindo esmolas e dividindo outras terras já populosas com outras comunidades indígenas. Em 1998, tentaram voltar para suas terras, mas foram retirados pela Funai e levados para as margens da rodovia estadual MS156. Então bloquearam a via e foram novamente retirados, sendo desta vez levados para uma área indígena. 41 Além disso, os Guarani-Kaiová também foram atingidos por um surto de malária.

O primeiro foco foi descoberto em 23 de fevereiro de 2001 em uma aldeia no sul do estado, sendo que posteriormente a doença foi se espalhando para as aldeias vizinhas. Em 15 de março, 100 casos da doença já haviam sido detectados. Em Jaguaripé, em uma comunidade com 480 pessoas, 91 pessoas estavam infectadas. Os órgãos oficiais suspeitavam que a doença houvesse chegado com os indígenas infectados no Paraguai, em trânsito para o Mato Grosso do Sul. 42 Ainda, de uma forma geral, os indígenas desse estado enfrentam problemas ligados às condições de trabalho proporcionadas pelas empresas produtoras de álcool e açúcar (destilarias) e de produtos de carvão (carvoarias). Apurou-se que nas unidades de corte de cana os trabalhadores indígenas tinham seus direitos trabalhistas frequentemente violados, em casos de não pagamento de FGTS e atrasos de pagamentos de salário. Além disso, não dispunham de ambiente adequado para as refeições, seus dormitórios não eram arejados, os leitos eram insuficientes para todos, as condições gerais de higiene eram precárias e o ambulatório não dispunha de condições para atender a demanda. Em função da atuação de entidades e de comissões, o governo do estado firmou acordo com as empresas de destilaria visando a solução desses problemas. 43 Acesso à Justiça Foi anulado o julgamento que inocentou o principal suspeito assassinato do indígena Guarani Marçal de Souza, Marçal Tupã-i. Lutador dos direitos indígenas e uma das principais referências do movimento indígena de luta pela demarcação de terras, Marçal Tupã-i era um defensor da resistência indígena aos despejos e tentativas de cooptação, razão pela qual sofria diversas ameaças. Ele teria recusado um montante grande de dinheiro para convencer os indígenas da comunidade de Pirakuá a deixarem o território que ocupavam em favor do fazendeiro e negociante de madeira Líbero Monteiro de Lima. Foi assassinado por pistoleiros a mando desse fazendeiro em 25 de novembro de 1983. O julgamento que inocentou Líbero Monteiro de Lima foi considerado nulo

pelo Supremo Tribunal Federal, em 17 de abril de 2001, que acatou recurso interposto pela filha de Marçal denunciando falhas graves cometidas pela defesa do fazendeiro, entre as quais a apresentação de provas materiais fora do prazo legal e o sumiço de importantes provas da acusação. O fazendeiro havia sido absolvido em dois julgamentos anteriores (um em 1993 e outro em 1998). IDOSOS Em 2000, o Mato Grosso do Sul tinha uma população de 157.093 idosos.⁴⁵ A participação dos idosos na população do estado aumentou de 5,9% em 1991 para 7,6% no ano 2000. O Governo do Estado, através de ações intersecretariais, procura garantir o respeito aos direitos e necessidades básicas da população idosa. A Secretaria de Assistência Social desenvolve projeto de pesquisa para estabelecer o perfil sócio-econômico e familiar dos idosos, realiza oficinas, cursos, eventos, projeto de alfabetização, atividades físicas destinadas a pessoas de 60 anos ou mais. Através de parceria com a Empresa Municipal de Habitação de Campo Grande, a Secretaria procura busca viabilizar a construção de moradia para idosos em lotes de familiares. ⁴⁶

PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

A Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul informa ter atendido dois casos de discriminação contra pessoas portadoras de deficiência. Um dos casos era no ambiente de trabalho e o outro envolvia escolha e classificação em concurso público. Os dois casos foram resolvidos administrativamente sem que houvesse necessidade de intervenção judicial. ⁴⁷ Em Campo Grande, a Associação Campo- Grandense dos Portadores de Deficiência Física atua na defesa e organização dos Direitos dos Portadores de Deficiência desde a sua fundação, em 17 de julho de 1980. Tem o objetivo de resgatar a dignidade do portador de deficiência e promover sua inclusão no PNE (Plano Nacional de Educação). O Instituto Sul-Mato-Grossense para Cegos "Florivaldo Vargas", fundado em 4 de fevereiro de 1957, atua dando oportunidades ao desenvolvimento integral da pessoa deficiente visual e se dedica ao trabalho educacional, visando o exercício da cidadania da pessoa deficiente visual. Diversos atendimentos são oferecidos pelo instituto: alfabetização Braille, atividades da vida cotidiana, biblioteca, educação (física e infantil), núcleo gráfico Braille, psicologia, serviço social, orientação e mobilidade, entre outras.

MIGRANTES

A Secretaria Municipal de Assistência Social, através do Centro de Triagem e Encaminhamento do Migrante, mantém atividade de atendimento às necessidades básicas do migrante, fornecendo alimentação, higiene e alojamento. Por meio do Programa Migrante Trabalhador, promove encaminhamento ao mercado formal e informal do trabalho. A meta é atender 2.506 pessoas por ano, mas a média mensal tem sido de cerca de 208 casos por mês. Mantém parceria com o Centro de Apoio ao Migrante e com a Casa de Apoio São Francisco, desenvolvendo atividades como reuniões informais, orientação e encaminhamento em questões trabalhistas, de saúde, de documentação, de atividades de lazer e de trabalho na horta da unidade (sendo a produção revertida para consumo do Centro). Com a Secretaria Municipal de Obras Públicas consegue a disponibilidade de veículos para o transporte dos migrantes e para o fornecimento de alimentação. Com a Secretaria Municipal de Saúde consegue encaminhamento para tratamento de saúde. ⁴⁸ No entanto, há registros de casos de violações de direitos sofridas pelos migrantes. Em 2002, em Corumbá, um peruano foi preso e torturado. Foi submetido à tortura com gás inflamável, queimaduras foram feitas por isqueiros e recebeu choques elétricos, além de ter sido obrigado a ingerir entre 4 e 6 litros de água de uma vez, seguidos de café quente. ⁴⁹

GAYS , LÉSBICAS, TRANSEXUAIS E BISSEXUAIS

A Associação das Travestis do Mato Grosso do Sul (ATMS) foi criada em janeiro de 2001, em Campo Grande, com objetivo de promover os direitos das travestis e daqueles que venham a sofrer discriminação ou violência em decorrência de sua sexualidade ou identidade sexual. Faz denúncias dessas práticas delituosas, acompanha procedimentos judiciais e oferece informações sobre os direitos aos membros desse grupo. A associação conta com cerca de 120 pessoas, entre associados e parceiros, de organizações governamentais e não governamentais.⁵⁰ A associação documenta casos de violência praticados contra

homossexuais - diversos deles praticados por policiais -, e reiteradamente encaminha relatórios e solicitações de providências a autoridades governamentais e policiais. 5 1 Segundo dados da ATMS, entre 1997 e 2001, houve 38 casos de homossexuais mortos vítimas de agressões.⁵² Em 2001, segundo dados do Grupo Gay da Bahia, há registro de um homicídio homofóbico contra travesti.⁵³ No dia 14 de janeiro, ele foi atropelado, durante a madrugada, no município de Rio Verde. O responsável pelo atropelamento fugiu e a vítima, que sofreu várias fraturas expostas e traumatismo craniano, ficou agonizando no chão até morrer, sem nenhum tipo de socorro. ⁵⁴ No dia 04 de março de 2001, um travesti foi empurrado em direção aos trilhos de trem, durante a madrugada, em Campo Grande. Ficou durante duas horas gritando sem obter assistência, sendo socorrido finalmente pelo Corpo de Bombeiros. Em decorrência disso, teve suas duas pernas decepadas. ⁵⁵ Em Campo Grande, acontecem rondas de Policiais da Delegacia de Ordem Pública e Social, chamadas de dia de arrastão, em que homossexuais são abordados, submetidos a humilhações e espancamentos e levados às saídas para São Paulo e Cuiabá, onde são agredidos com tacos e por vezes com arma de fogo. 5 6

1 Waiselfisz, J.J., Mapa da Violência III. (Brasília: Unesco, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002).

2 Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, Relatório – Setembro 2002.

3 Rodley, Nigel, Relatório sobre a Tortura no Brasil. Disponível no web-site da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (www.mj.gov.br/sedh) e da ONG Justiça Global (www.global.org.br).

4 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional (www.mj.gov.br/Depen/default.htm)

5 Comissão Pastoral da Terra, Conflitos no Campo – Brasil 1999, Conflitos no Campo – Brasil 2000 e Conflitos no Campo – Brasil 2001.

6 O Globo, 25 de abril de 2001.

7 Comissão Pastoral da Terra, Conflitos no Campo – Brasil 2001.

8 Folha de S. Paulo, 6 de outubro de 2002, Brasil, A 4, "10 mil trabalhadores vivem em condição de escravidão".

9 Folha de S. Paulo, 22 de outubro de 2002, 23 de outubro de 2002, 26 de outubro de 2002 e 02 de novembro de 2002, "Comandante da PM convoca para ato pró- Zeca", "Justiça manda afastar comandante da PM", "Zeca afasta dois comandantes da PM que pediam votos para o PT" e "Zeca do PT traz comandante da PM de volta"; Estado de S. Paulo, 26 de outubro de 2002, "Afastados mais dois PMs por pedir votos para Zeca do PT"; Agência Estado, 27 de outubro de 2002, "Denúncias marcam as eleições no Mato Grosso do Sul" (www.estadao.org.br).

1 0 Waiselfisz, J.J. Mapa da Violência III: Os Jovens do Brasil (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002). A taxa de vitimização juvenil por homicídios é a relação entre a taxa de óbitos por homicídio de jovens de 15 a 24 anos e as taxas de homicídio na população total. Exemplo: Quanto maior a taxa de vitimização maior é a concentração de homicídios na população jovem; se, ao contrário, a taxa é zero ou próxima a este valor significa que os homicídios atingem na mesma proporção tanto a faixa jovem quanto o resto da população.

1 1 Ministério da Justiça, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca).

1 2 ABRAPIA - Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil (www.abrapia.org.br). Conforme descrito na introdução geral, o conceito de exploração sexual infanto-juvenil abrange: abuso sexual (intra-familiar e extra-familiar) e exploração sexual comercial (compreendendo o tráfico para fins sexuais, a prostituição, o turismo sexual e a pornografia).

1 3 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, Relatório Nacional - Pesquisa Sobre tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial (Brasília: CECRIA, 2002).

1 4 Ministério do Trabalho e Emprego, Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente (Brasília: MTE, 2001), p. 30. O Mapa traz, ainda, as atividades desenvolvidas pelas crianças e adolescentes conforme o Estado. No Mato Grosso do Sul foi constatado o trabalho de pessoas entre 5 e 15 anos nas atividades de: Moveleira e Assemblados; Panificação; Pesca (Catadores de Isca); Produção de Carvão Vegetal; Sericultura; Serviços (Diversos; em Cerâmicas e Olarias; em Madeiras e Serrarias; e em Oficinas Mecânicas); e Sorveteria.

1 5 Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente (www.mj.gov.br/sedh/dca). Na construção da última porcentagem indicada foram considerados apenas os adolescentes inseridos nas medidas de internação, semiliberdade e liberdade assistida. Desconsiderou-se as demais medidas (advertência, obrigação de reparar o dano e prestação de serviço à comunidade) uma vez que a fonte de dados fazia referência àquelas medidas mais gravosas.

16 Este índice foi obtido a partir do resultado da divisão do número total de adolescentes em liberdade assistida pelo número total de inseridos em medidas em meio fechado (assim consideradas internação e semiliberdade). Quanto maior o índice, maior também a aplicação no Estado da medida em meio aberto em comparação ao número de adolescentes privados, parcial ou totalmente, de liberdade.

1 7 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, Pesquisa Sobre tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial (Brasília: CECRIA, 2002).

1 8 Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - Pesquisa Nacional sobre as Condições de Funcionamento das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres. Relatório disponível no web-site do Conselho (www.mj.gov.br/sedh/cndm).

1 9 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (www.mj.gov.br/senasp/default.htm).

2 0 Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, relatório enviado à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos

. 2 1 Idem.

2 2 Idem.

2 3 Idem.

2 4 Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. (www.mj.gov.br/sedh/cndm).

2 5 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

2 6 Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, Relatório Estadual sobre Direitos Humanos no Estado de Mato Grosso do Sul – período 2000-2001.

2 7 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org). Os Guaranis encontram-se espalhados em diversos estados do Brasil: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul. No geral, totalizam cerca de 35.000 indígenas no território brasileiro. Em situação semelhante encontram-se os Kaingang: vivem entre os estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo e totalizam cerca de 25.000 indígenas.

2 8 Conselho Indigenista Missionário (www.cimi.org.br), que informa ter esse estado uma população de 46.042 indígenas.

29 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br).

30 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org). Dados atualizados em 3 outubro de 2002 (com exceção das informações de Terras Indígenas declaradas, atualizadas em 8 de agosto de 2002).

3 1 Instituto Sócio-Ambiental, Os Povos Indígenas no Brasil 1996-2000, p. 745-8 ("A 'Entrada' no Tekoha", Rubem Thomaz de Almeida).

32 Idem.

3 3 Conselho Indigenista Missionário - CIMI, Informe n.º 504, de 21 de março de 2002.

3 4 Conselho Indigenista Missionário - CIMI, Informes n.º 494, n.º 496, n.º 498 e n.º 504, de 10 de janeiro de 2002, 24 de janeiro de 2002, 7 de fevereiro de 2002 e 21 de março de 2002.

3 5 Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambiental.org).

3 6 Conselho Indigenista Missionário , Informe n.º 513, de 23 de maio de 2002, e Web-site (www.cimi.org.br).

3 7 Conselho Indigenista Missionário , Informe n.º 417, de 29 de junho de 2000.

3 8 Conselho Indigenista Missionário , Informe n.º 455, de 4 de abril de 2001.

3 9 Conselho Indigenista Missionário, Informe n.º 434, de 26 de outubro de 2000; ISA, Os Povos Indígenas no Brasil 1996-2000, p. 763 (FSP, 16 de janeiro de 2000, "PF prende acusados de invadir aldeia"); e Relatório Estadual sobre Direitos Humanos do Estado de Mato Grosso do Sul - 2000-20001, enviado pela Defensoria Pública do Estado.

4 0 Conselho Indigenista Missionário , Informe n.º 423, de 10 de agosto de 2000.

4 1 Conselho Indigenista Missionário , Informes n.º 380, n.º 423 e n.º 434, de 30 de setembro de 1999, 10 de agosto de 2000 e 26 de outubro de 2000.

4 2 Conselho Indigenista Missionário, Informe n.º 452, 15 de março de 2001.

4 3 Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, Relatório Estadual sobre Direitos Humanos, período: 2000 – 2001.

4 4 CIMI, Informe n.º 458, de 26 de abril de 2001.

4 5 IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br)

4 6 Governo do Estado, Defensoria Pública, Relatório Estadual sobre os Direitos Humanos no Estado de Mato Grosso do Sul.

4 7 Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, Relatório Sobre Direitos Humanos no Mato Grosso do Sul.

48 Informações fornecidas pelo governo do estado do Mato Grosso do Sul.

4 9 Idem.

5 0 Associação dos Travestis do Mato Grosso do Sul, Dossiê Sobre Violações Cometidas Contra Homossexuais; Defensoria Pública do Estado do Mato Grosso do Sul, Relatório Estadual sobre os Direitos Humanos do Estado do Mato Grosso do Sul – Período: 2000-2001.

51 Associação dos Travestis do Mato Grosso do Sul, Dossiê Sobre Violações Cometidas Contra Homossexuais.

52 Defensoria Pública do Estado do Mato Grosso do Sul, Relatório Estadual sobre os Direitos Humanos do Estado do Mato Grosso do Sul – Período: 2000-2001.

53 Mott, Luiz, Marcelo Cerqueira e Cláudio Almeida. O Crime Anti-Homossexual no Brasil. Editora Grupo Gay da Bahia - 2001 (Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2002).

54 Primeira Hora Pantanal, dia 15 de outubro de 2001. Documento que integra o dossiê enviado pela Associação dos Travestis do Mato Grosso do Sul (ATMS).

5 5 Primeira Hora Pantanal, dia 5 de março de 2001. Documento que integra o dossiê enviado pela Associação dos Travestis do Mato Grosso do Sul (ATMS).

56 Defensoria Pública do Estado do Mato Grosso do Sul, Relatório Estadual sobre os Direitos Humanos do Estado do Mato Grosso do Sul – Período: 2000-2001; Folha do Povo, dia 24 de julho de 2000, documento que integra o dossiê enviado pela Associação dos Travestis do Mato Grosso do Sul (ATMS).



www.dhnet.org.br